

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMILA ANTUNES DA LUZ

**A PROPAGAÇÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE:
A INFLUÊNCIA DOS FATORES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DA
DEMOCRATIZAÇÃO NA TÚNISIA, NO EGITO E NA LÍBIA**

Florianópolis, 2014

CAMILA ANTUNES DA LUZ

**A PROPAGAÇÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE:
A INFLUÊNCIA DOS FATORES INTERNACIONAIS NA DIFUSÃO DA
DEMOCRATIZAÇÃO NA TÚNISIA, NO EGITO E NA LÍBIA**

Monografia submetida ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Juliana Lyra Viggiano Barroso

Florianópolis, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 10,0 à aluna Camila Antunes da Luz, na disciplina CNM7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Juliana Lyra Viggiano Barroso

Orientadora

Professora do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Professor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina

Prof. MSc. Rodolfo Palazzo Dias

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me educaram da melhor maneira possível, que me fizeram tomar gosto pela leitura, que nunca deixaram de me apoiar e incentivar, desde a infância.

Aos meus irmãos, por toda a nossa vivência juntos, como irmãos e como amigos.

À minha orientadora, por ter me auxiliado tanto e me incentivado na pesquisa.

Aos amigos, por todos os momentos de descontração, por todas as alegrias.

له ومطاردة محاولة في لا الأسد، من الهروب من تـ مكنت إذا

Provérbio árabe: Se conseguiste escapar do leão, não tentes caçá-lo.

RESUMO

LUZ, Camila Antunes da. **A propagação da democracia na Primavera Árabe**: a influência dos fatores internacionais na difusão da democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia. 2014. 63 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

A Primavera Árabe teve início em dezembro de 2010 na Tunísia e em um rápido período de tempo se espalhou pela região do norte da África e do Oriente Médio. Esta pesquisa busca entender como um evento isolado se tornou uma série de eventos, analisando a contribuição dos fatores internacionais na proliferação da democracia. Esta pesquisa examina Tunísia, Egito e Líbia e estuda cinco fatores internacionais de difusão da democracia: impacto da vizinhança, clima político regional, incentivos externos, prevalência das condições conjunturais e atores e eventos externos. Tenta-se identificar os fatores internacionais que contribuíram para o início e a disseminação do processo conhecido como Primavera Árabe, na Tunísia, Egito e Líbia. Ao final, conclui-se pela relevância dos fatores internacionais como estopim para a proliferação das revoltas nos três países estudados. Os fatores externos foram fundamentais para propagar a revolta e a democracia pela região.

Palavras-chave: Primavera Árabe; democratização; fatores internacionais de difusão da democracia;

ABSTRACT

LUZ, Camila Antunes da. **The propagation of democracy in the Arab Spring**: the influence of the international factors on the diffusion of democratization in Tunisia, Egypt and Libya. 2014. 63 p. Thesis (Undergraduate) – International Relations Program, Department of Economics and International Relations, Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2014.

The Arab Spring has begun on December 2010 in Tunisia and has quickly spread through the north of Africa and the Middle East. This paper tries to understand how an isolated event became a chain of events, analyzing the contribution of the international factors to the democracy proliferation. The research examines Tunisia, Egypt and Libya and studies five international factors on the diffusion of democracy: neighborhood impact, regional political climate, external incentives, prevalence of conjuncture conditions and external actors and events. The research tries to identify which international factors contributed to the beginning and the dissemination of the process known as Arab Spring, on Tunisia, Egypt and Libya. In the end, it concludes that the international factors were relevant as a trigger to the proliferation of the riots in the three studied countries. The external factors were essential to propagate the riot and the democracy through the region.

Key-words: Arab Spring; democratization; international factors on the diffusion of democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A DEMOCRACIA E OS FATORES INTERNACIONAIS DE SUA DIFUSÃO.....	12
1.1 O conceito de democracia e o processo de democratização.....	12
1.2 Fatores internacionais da difusão da democracia.....	16
1.2.1 Impacto da vizinhança.....	18
1.2.1 Incentivos externos.....	18
1.2.3 Prevalência de condições conjunturais.....	20
1.2.4 Clima político regional.....	21
1.2.5 Atores e eventos externos.....	23
2. O FENÔMENO DA PRIMAVERA ÁRABE.....	25
2.1 Tunísia: um caso bem sucedido.....	26
2.2 Egito: a incerteza da democracia.....	30
2.3 Líbia: a democratização pela intervenção militar.....	35
3. OS FATORES INTERNACIONAIS DA DIFUSÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE.....	40
3.1 Tunísia: o estopim da Primavera Árabe.....	40
3.2 Egito: os fatores internacionais da difusão democrática reunidos.....	46
3.3 Líbia: a relevância principal dos atores e eventos externos.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2010, teve início na Tunísia uma série de protestos contra as mazelas sociais pelas quais passavam a população tunisiana e contra o autoritarismo desmedido do governo de Zine El-Abidine Ben Ali, que estava no poder há mais de duas décadas. Contudo, o que era um evento isolado, restrito ao território tunisiano, acabou por se espalhar pela região do norte da África e pelo Oriente Médio, em um fenômeno que posteriormente foi alcunhado de Primavera Árabe¹.

O caso da Tunísia foi apenas o estopim. Vários outros países foram atingidos pelo contágio da Primavera Árabe, como Egito e Líbia. A difusão das reivindicações e seus seguintes processos de democratização pelo mundo árabe causou uma reação em cadeia de democratizações em alguns países, enquanto que em outros houve pressão para a adoção de medidas liberalizantes (CARVALHO PINTO, 2011). Essa rápida propagação e a interconexão dos eventos ainda intrigam a comunidade acadêmica, que busca entender como um evento isolado foi rapidamente se transformando em uma série de eventos.

Os processos de democratização podem ser estudados sob diferentes ângulos. Nesta pesquisa, trabalha-se a literatura que trata da democratização sob o aspecto da influência dos fatores internacionais (BRINKS; COPPEDGE, 2006; GLEDITSCH; WARD, 2006; WEJNERT 2005; MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2009). Essa literatura defende que os fatores internacionais têm papel fundamental na disseminação da democracia, uma manifestação motivando as outras.

Assim, questiona-se: quais os fatores internacionais que contribuíram para a proliferação da democracia na Primavera Árabe? Pretende-se identificar os fatores que levaram um país a seguir o exemplo de outro, utilizando-se da literatura que argumenta que o contexto internacional influencia na difusão democrática, para conseguir entender por que o processo de democratização não ficou restrito à Tunísia e se espalhou pela região, mais precisamente para Egito e Líbia.

Não seria viável analisar nesta pesquisa todos os países afetados pela Primavera Árabe. Conforme Carvalho Pinto (2011), todos os países do Oriente Médio foram atingidos pelo fenômeno, em maior ou menor grau. Todos eles passaram por algum tipo de protesto popular, ainda que nem todos com o objetivo de implantar a democracia no país. Alguns só

¹ O nome “Primavera Árabe” é em referência à estação do ano da primavera, que representa a calmaria após o inverno, que é sua estação antecessora e vista como um período mais difícil. É uma metáfora para representar quando um povo derruba um governo opressor, como na Primavera dos Povos (1848) e na Primavera de Praga (1968). (COSTA, 2011).

buscavam mais liberdades civis, outros queriam respostas para as mazelas sociais. E somente alguns derrubaram seus antigos regimes. Para tornar esta pesquisa possível, escolheu-se trabalhar somente com três países atingidos pela Primavera Árabe: Tunísia, Egito e Líbia.

A Tunísia foi escolhida por ser a precursora do fenômeno, enquanto o Egito e a Líbia foram escolhidos porque suas revoltas ocorreram logo após o caso da Tunísia, por terem tido uma maior exposição na mídia e por terem passado por desdobramentos maiores² – no Egito, houve um golpe militar após a derrubada do presidente Hosni Mubarak; e a Líbia foi o primeiro caso de intervenção militar externa na Primavera Árabe.

Objetiva-se, então, analisar a reação em cadeia das manifestações e de processos de democratização na Tunísia (2010-11), Egito (2011) e Líbia (2011). Especificamente, procura-se conceituar o processo de democratização e os fatores internacionais que influenciam nas democratizações; explicar o que foi e como ocorreu a Primavera Árabe, focando nas revoltas acontecidas na Tunísia, Egito e Líbia; e, por fim, identificar as variáveis internacionais propostas pela literatura na reação em cadeia de democratizações desses três países.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa se utiliza do método dedutivo, pois procura identificar as variáveis externas propostas por esses autores no caso específico da Primavera Árabe. Então, busca-se explicar a proliferação da democracia no mundo árabe a partir de premissas expostas pelos autores. Trabalha-se de forma minuciosa e contextualizada, tratando-se de um estudo monográfico em que se procura aplicar a teoria à prática. É uma pesquisa bibliográfica que busca identificar os fatores que contribuem para a propagação da democracia no caso árabe. Ressalva-se que muitas bibliografias utilizadas na pesquisa são de língua estrangeira, e todas as traduções transcritas aqui foram feitas pela autora.

Em relação à estrutura da pesquisa, esta se organiza em três capítulos, um para cada objetivo proposto. No primeiro capítulo da monografia, busca-se conceituar “democracia” e “democratização”, com base em pesquisa bibliográfica. Em relação ao conceito de democracia, utilizou-se uma literatura mais difundida no mundo acadêmico. Este estudo trabalha com a bibliografia que trata do conceito dominante de democracia, isto é, o da democracia representativa (ou democracia liberal), abordando mais os aspectos formais, não se preocupando com outros conceitos mais aprofundados por, primeiramente, não ser o foco da pesquisa, e também, por ser extenso demais e inviável para esta monografia.

² Ressalva-se que a Síria também teve uma exposição massiva na mídia e também passou por revoltas com grandes desdobramentos. Porém, a Síria ainda vive uma guerra civil, o que impossibilita uma análise mais concreta a respeito dos eventos e prejudica o andamento da pesquisa. Diferentemente do que aconteceu na Tunísia, no Egito e na Líbia, o presidente Bashar al-Assad não foi deposto e não houve eleições, pelo menos não até a data de apresentação desta pesquisa.

Além disso, o primeiro capítulo também aborda os fatores internacionais da difusão democrática. Ou seja, pretende-se encontrar na bibliografia os fatores externos que influenciam na difusão da democratização em uma dada região. Esses fatores são: o impacto da vizinhança, os incentivos externos, a prevalência de condições conjunturais, o clima político regional, atores e eventos externos. Ressalva-se que a intervenção desses fatores não diz respeito à intervenção da comunidade internacional em si, são apenas cinco variáveis externas que afetam a difusão da democracia, mas não necessariamente representam a intervenção da comunidade internacional.

Após essa parte inicial, no segundo capítulo, será feito um estudo sobre o que foi e como ocorreu a Primavera Árabe, estudando-se especificamente as manifestações e seu posterior processo de democratização na Tunísia (2010-2011), Egito (2011) e Líbia (2011). Como já mencionado, é inviável trabalhar com todos os países em que manifestações ocorreram, então, somente esses três países serão estudados. O procedimento adotado para essa parte também é a extensa pesquisa em livros, revistas e jornais, online e impressos.

Nesse segundo capítulo também se irá mostrar uma evolução da democracia nesses países, de acordo com os dados da *Freedom House*³, que é um dos índices mais utilizados para se medir níveis de democracia. Apesar disso, há muita crítica à *Freedom House*, sendo a mais comum delas o argumento de que a instituição não é imparcial, pelo contrário: utiliza-se de um modelo de democracia ocidental e neoliberal, o que prejudicaria a credibilidade de seus relatórios por inserir o elemento da ideologia em suas análises. (GIANNONE, 2012).

Porém, optou-se por trabalhar com os dados da *Freedom House* pelo fato de ser uma instituição que publica anualmente seus relatórios, e considerando que a Primavera Árabe é um evento recente, é indispensável trabalhar com os índices mais atualizados possíveis. Assim, apesar das ressalvas, a utilização dos índices da *Freedom House* se deve à necessidade de se apresentar dados mensuráveis sobre os processos de democratização ao longo da Primavera Árabe, na Tunísia, Egito e Líbia.

No terceiro e último capítulo da pesquisa, será feita uma análise envolvendo os conceitos expostos pelo primeiro capítulo e os eventos relatados no segundo capítulo. Analisar-se-á se é possível perceber os fatores externos, propostos pela literatura do primeiro capítulo, influenciando na difusão da democracia na Primavera Árabe, explicada no segundo

³ A *Freedom House* é uma instituição que realiza pesquisas anuais sobre a democracia no mundo. Ela trabalha com dois indicadores: liberdades civis e direitos políticos. Seu relatório de 2011 reflete os eventos de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010, abrangendo 194 países e 14 territórios em disputa. Seu relatório de 2014 reflete os eventos de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, abrangendo 195 países e 14 territórios em disputa. Os países são divididos em livres (índice entre 1,0 e 2,5), parcialmente livres (índice entre 3,0 e 5,0) e não livres (índice entre 5,5 e 7,0).

capítulo. O objetivo desta parte final é identificar quais variáveis externas foram fundamentais para a proliferação do fenômeno e se, portanto, a hipótese da literatura, de que o contexto internacional influencia na democratização, é válida para o caso árabe. Para isso, será necessária uma pesquisa bibliográfica, principalmente em jornais de alcance internacional.

Assim, com os três capítulos acima descritos, busca-se responder à pergunta inicial de quais fatores internacionais colaboraram para a difusão democrática na Primavera Árabe, o que continua sendo objeto de estudo na comunidade acadêmica. A proximidade dos eventos traz certa dificuldade para os pesquisadores. Justamente por isso, toda produção acadêmica a respeito é relevante, uma vez que pode contribuir com uma linha de pesquisa nova e trazer algum dado ainda não trabalhado, já que é um acontecimento recente.

Em comparação à literatura sobre os processos de democratização em outras regiões, como a América do Sul e a Europa, a literatura a respeito da democratização do mundo árabe é reduzida, muito provavelmente por causa da proximidade dos fatos com o momento presente. Ainda que já haja artigos e algumas reuniões de publicações sobre o tema, é necessário continuar com a produção, uma vez que a Primavera Árabe ainda tem desdobramentos na atualidade e nada se tem como definitivo.

Há autores que trabalham com a hipótese de que os fatores externos explicam a disseminação da democratização, e esta hipótese já foi verificada ao trabalhar as democracias da América Latina (MAINWARING; PÉREZ-LIÑAN, 2009), porém, é questionável se tem a mesma validade de aplicação no mundo árabe. A rápida disseminação das manifestações e processos de democratização pela região fez surgir a oportunidade de aplicar teorias já consolidadas a respeito da democratização internacional.

Assim, a pesquisa busca contribuir para a produção científica ao verificar a aplicabilidade desta hipótese à Primavera Árabe, com base na literatura já produzida. Essa literatura explicita variáveis internacionais que influenciam na democratização de uma região. No entanto, quando ela surgiu, trabalhou-se somente com regiões que já haviam tido experiências maiores com a democracia em algum momento de sua história, diferente dos casos de Tunísia, Egito e Líbia, que não tiveram tanto contato assim, em comparação.

Então, considerando que os estudos sobre a Primavera Árabe ainda estão em fase de produção, e que na área de difusão democrática ainda são incipientes os estudos que trabalham o tema do ponto de vista externo, esta pesquisa tenta contribuir para a produção acadêmica na verificação das variáveis internacionais na proliferação do processo de democratização no mundo árabe. Analisando, portanto, se a literatura da difusão democrática, tão focada na Europa e na América do Sul, pode ser também aplicada ao caso árabe.

1 A DEMOCRACIA E OS FATORES INTERNACIONAIS DE SUA DIFUSÃO

De 2010 para 2013, período abrangido por esta pesquisa, a porcentagem de países livres no mundo permaneceu na casa dos 45%, enquanto a porcentagem de países não livres variou pouco: foi de 24% em 2010 para 25% em 2013. Essa é a conclusão que se pode fazer a partir dos relatórios de 2011 e de 2014 da *Freedom House*. Porém, individualmente, os países obtiveram grandes mudanças, em especial os países que passaram ou ainda passam pela Primavera Árabe.

Atualmente, o número de democracias é consideravelmente maior que o de autocracias, e isso representa uma tendência no mundo se for analisada a última década ou o último século. As populações têm conquistado mais liberdades civis e direitos políticos, ano após ano, o que vem facilitando os processos de democratização ao redor do mundo.

Não surpreendentemente, a democracia vem sendo objeto de estudo frequente. No meio acadêmico, existem diversas tentativas de definir o conceito de democracia, mas ainda se está longe de atingir uma unanimidade. Porém, atualmente, por conta das circunstâncias históricas e dos confrontos ideológicos do século XX, há uma percepção de democracia mais difundida, que é pautada no conceito de democracia liberal (GIANNONE, 2012).

1.1 O conceito de democracia e o processo de democratização

É possível pensar em democracia como uma contraposição da autocracia. Norberto Bobbio (2010), por exemplo, distingue democracia de autocracia em três aspectos: formação da classe dirigente, responsabilidade do eleito perante os eleitores e mobilidade da classe política. O primeiro aspecto diz respeito à classe governante, que tem que ser necessariamente eletiva e não pode ser hereditária. O poder, segundo Bobbio (2010), é fundado no consenso. Este é o primeiro princípio, o da legitimidade do poder ou da formação da classe dirigente.

Conforme visto no primeiro princípio, o poder é fundado no consenso, porém, esse consenso precisa ser verificado periodicamente, ou seja, não é suficiente a classe dirigente ter sido eleita uma vez – é preciso que haja eleições periódicas para se verificar esse consenso inicial. Esse é o segundo princípio de Bobbio (2010), o da responsabilidade do eleito diante dos eleitores.

O terceiro princípio da democracia é o da mobilidade da classe política, isto é, é necessária a alternância das classes políticas no poder por meios pacíficos, por mais radical que seja a mudança. “Quando as classes políticas se cristalizam e não se renovam, quando não

existem mais classes políticas em concorrência, encontramos-nos diante de um regime que é ou tende a se tornar aristocrático” (BOBBIO, 2010, p. 25). Ou seja, há uma maior circulação das classes políticas em uma democracia do que em uma autocracia.

Assim, pode-se depreender que Bobbio (2010, p. 23) analisa a democracia sob a ótica da classe governante, e não como um governo do povo para o povo:

A democracia como autogoverno do povo é um mito que a história desmente continuamente. Em todos os Estados, quem governa – e aqui falamos de “governar” no sentido de tomar as decisões últimas que se impõem a todos os membros de um grupo – é sempre uma minoria, um pequeno grupo, ou alguns grupos minoritários em concorrência entre si.

Portanto, para Bobbio (2010), os regimes não se diferem uns dos outros pela ausência ou presença de minorias dirigentes – todas as democracias têm minorias dirigentes. O que difere um regime do outro é o modo como elas emergem, como governam, e se eventualmente caem e de que forma caem.

Além de Bobbio, outro autor que também estuda a democracia é David Held (1995, p. 5), que, em suas análises, observou três modelos de democracia:

Primeiro, há a democracia direta ou participativa, um sistema de formulação de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos. Esse é o tipo “original” de democracia encontrado na antiga Atenas, entre outros lugares. Segundo, há a democracia representativa ou liberal, um sistema de governo em que “oficiais” eleitos encarregam-se de “representar” os interesses ou pontos de vista dos cidadãos dentro de um território delimitado enquanto defendem o “governo da lei”. Terceiro, há uma variante de democracia baseada em um modelo de um partido só (ainda que alguns duvidem de que isso sequer seja um tipo de democracia).⁴

Analisando-se a citação acima transcrita, percebe-se que o segundo modelo de democracia de Held corresponde à democracia liberal ou representativa, também chamada de definição procedimental mínima da democracia. A democracia liberal ou representativa se refere a um sistema em que candidatos são eleitos pela população e têm por objetivo representar os seus eleitores no governo.

Esta é a mais difundida no meio acadêmico e político, e a trabalhada nesta pesquisa, que tem por base as obras de Schumpeter (1961) e Dahl (1971). O primeiro desses dois autores critica o conceito clássico de democracia ligado à ideia do bem comum, uma vez que

⁴ “First, there is direct or participatory democracy, a system of decision-making about public affairs in which citizens are directly involved. This was the ‘original’ type of democracy found in ancient Athens, among other places. Secondly, there is liberal or representative democracy, a system of rule embracing elected ‘officers’ who undertake to ‘represent’ the interests or views of citizens within delimited territories while upholding the ‘rule of law’. Thirdly, there is a variant of democracy based on a one-party model (although some may doubt whether this is a form of democracy at all)” (Texto original).

este é dificilmente um consenso. Além disso, mesmo que houvesse um bem comum determinado, Schumpeter alega que haveria divergências quanto aos meios para se chegar ao bem comum, de modo que, na visão dele, não é interessante falar em democracia associada à ideia do bem comum.

Não há, para começar, um bem comum inequivocamente determinado que o povo aceite ou que possa aceitar por força de argumentação racional. Não se deve isso primariamente ao fato de que as pessoas podem desejar outras coisas que não o bem comum, mas pela razão muito mais fundamental de que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum provavelmente significará coisas muito diversas. (SCHUMPETER, 1961, p. 301).

Schumpeter (1961), então, propõe fazer uma inversão da relação entre representantes e representados, de modo que, o que era visto como instrumento (eleição) passa a ser a própria definição do sistema. Dessa forma, a democracia é um mecanismo de seleção de representantes, e não uma maneira de representação das vontades do povo. De acordo com Schumpeter (1961), a democracia é um processo de conquista de votos, que fica a cargo de pequenos grupos políticos. Aos cidadãos, cabe apenas votar, isto é, escolher seu representante.

Dahl (1971), por sua vez, afirma que não bastam as eleições, é preciso haver contestação e oposição pública. Dahl (1971) entende que democracia é um conceito muito amplo e ideal, inviável no plano concreto. O autor elabora a ideia de poliarquia, que representaria a democracia do mundo real. À medida que os países buscam alcançar a meta ideal da democracia, eles se tornam poliarquias.

(...) gostaria de reservar o termo “democracia” para um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. A essa altura, não devemos nos preocupar em saber se este sistema realmente existe, existiu ou pode existir. Pode-se, seguramente, conceber um sistema hipotético desse gênero; tal concepção serviu como um ideal, ou parte de um ideal, para muita gente. (DAHL, 1971, p. 25)

Dahl (1971) estende o conceito de Schumpeter (1961), que se baseia apenas nas eleições. A essa definição de democracia, ele acrescenta a necessidade de que o cidadão tenha liberdades civis e direitos políticos, elencando os aspectos institucionais do regime democrático: (1) liberdade de formar organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem votos; (6) fontes alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas. (DAHL, 1971, p. 26).

Assim, juntando-se a ideia de eleições de Schumpeter (1961) com os sete fatores de Dahl (1971), há o que a tradição ocidental chama de definição procedimental mínima de

democracia, também conhecida como democracia liberal ou representativa, largamente difundida no meio acadêmico.

Entretanto, como passar de uma autocracia para a democracia liberal ou representativa? Segundo Rustow (1970), o processo de democratização se dá pela transição de um governo autoritário para um democrático, em que eleições fundacionais marcam o início da consolidação da democracia. Rustow (1970) defende que o requisito fundamental para se pensar em transição para uma democracia é a união nacional. Isso se justificaria pelo fato de que para o processo de democratização, é indispensável que a população se sinta parte de uma comunidade política.

O'Donnell e Schmitter (1988), que também estudam o processo de democratização, entendem a ideia de transição como um espaço temporal entre um regime e outro. Uma transição democrática, nesse conceito, é o espaço que há entre a dissolução de um regime autoritário e a instalação de um regime democrático. Eles entendem que o modo de funcionamento do jogo político, as regras, as instituições e as estruturas do regime são discutidas nessa época – na transição.

Não somente as regras estão em um fluxo constante, mas também estão comumente sendo contestadas de forma árdua; os atores se esforçam não somente para satisfazer seus interesses imediatos e/ou os interesses daqueles a quem se propõem representar, mas também para definir as regras e os procedimentos cuja configuração vai determinar prováveis vencedores e perdedores no futuro. De fato, as regras emergentes vão definir quais recursos podem legitimamente serem gastos na arena política e a quais atores será permitida a entrada. (O'DONNELL; SCHMITTER, 1988, p. 14).⁵

Além deles, Scott Mainwaring (1992) também é um autor que analisa o processo de democratização. Ele observa três formas de passagem do regime autoritário para o democrático: transação, extricação e colapso. Na transação, o regime autoritário se depara com a dificuldade de manter a legitimidade do governo e pondera os custos do regime. Se os custos da manutenção do poder forem excessivamente altos, há uma abertura cada vez maior do governo, em um processo de transação. É o tipo de transição democrática menos traumática para a população, uma vez que ocorre geralmente de forma pacífica.

⁵ “Transitions are delimited, on the one side, by the launching of the process of dissolution of an authoritarian regime and, on the other, by the installation of some form of democracy, the return to some form of authoritarian rule, or the emergence of a revolutionary alternative. It is characteristic of the transition that during it the rules of the political game are not defined. Not only are they in constant flux, but they are usually arduously contested; actors struggle not just to satisfy their immediate interests and/ or the interests of those whom they purport to represent, but also to define rules and procedures whose configuration will determine likely winners and losers in the future. Indeed, those emergent rules will largely define which resources can legitimately be expended in the political arena and which actors will be permitted to enter it” (Texto original).

Extricação, por sua vez, é a transição em que a abertura política ocorre aos poucos, mas o regime se mantém no controle durante todo esse processo, ditando as regras da transição e acordando pactos para deixar o poder, pouco a pouco. A terceira e última forma de transição de Mainwaring (1992) é o colapso, que ocorre quando o governo autoritário não consegue mais se sustentar e não tem mais legitimidade alguma para permanecer no controle. O regime, então, entra em colapso, como o próprio nome sugere.

1.2 Fatores internacionais da difusão da democracia

O processo de democratização de um país geralmente não é um evento isolado, ele costuma se propagar pela região. Huntington (1996) observou que os processos de democratização ao redor do mundo ocorrem em “ondas”. Ele define “onda de democracia” como um conjunto de transições de regimes autoritários para democráticos ocorridos em determinado período de tempo, em que o número de transições para democracia é significativamente maior que o número de transições em sentido contrário.

O autor também entende que após as ondas de democracia, há uma onda reversa, em que o número de transições para o autoritarismo é maior. Huntington (1996) explica que as ondas são ocasionadas por diversos fatores, entre eles a perda de legitimidade do autoritarismo, o desenvolvimento econômico e educacional dos países, reformas das políticas externas e contágio internacional. Para que ocorra a democratização de um país, Huntington (1996) entende que o principal fator é o do desenvolvimento econômico do país.

Já Laurence Whitehead (2005) critica a teoria de Huntington⁶ em relação às ondas de democracia, afirmando que há outras datas importantes que não foram consideradas por Huntington ao elaborar as ondas de democracia de sua tese. Além disso, ele critica Huntington por dar mais enfoque às variáveis internas do país, enquanto que Whitehead (2005) entende que os fatores internacionais são tão importantes quanto os domésticos para se entender a democratização de um país.

Pode ser difícil definir o impacto exato de influências culturais e sociais tão amplas, mas elas são indiscutivelmente tão importantes enquanto contribuição para a transição democrática quando qualquer mecanismo político observado mais diretamente. Pode ser que as causas explicitamente políticas somente atinjam seus resultados pretendidos quando interpretadas

⁶ Muitos são os críticos de Huntington, porém, esta pesquisa trabalha somente este autor, Whitehead (2005), pela relevância que ele atribui aos fatores internacionais, que é o foco central da pesquisa.

através de uma lente cultural apropriada que deve ser explicada como um “fator internacional”. (WHITEHEAD, 2005, p. 11).⁷

Whitehead (2005) critica a visão de que a democracia só é possível em países economicamente desenvolvidos, ele alega que é possível um país se democratizar mesmo na ausência de um Estado bem formado. Ainda, para Whitehead (2005), é justamente em países em que o Estado ainda não está bem estruturado e consolidado que as variáveis externas têm importância maior na democratização.

Portanto, um grande tema empírico para estudos comparativos de democratização deveria ser os caminhos possíveis de transição, e a qualidade da democracia possível na ausência de um Estado consolidado. Em tais condições, pode-se esperar que os fatores internacionais tenham um papel mais direto, e que a estabilidade e legitimidade interna do então regime possam divergir dos modelos padrões. Ainda, a experiência nos ensina que as democratizações podem ser alcançadas em tais contextos. No entanto, em contraste com as presunções dos principais estudos de transição, a análise comparativa precisa focar em como a direção externa se impõe, na necessidade do fim do controle internacional, e no processo incerto pelo qual forças domésticas relativamente fracas adquirem autenticidade e são bem sucedidas (ou não) em se soltarem das amarras da proteção internacional. (WHITEHEAD, 2005, p. 6-7).⁸

Considerando que há inúmeros fatores que influenciam na propagação dos processos de democratização e eles estão longe de ser um consenso no meio acadêmico, esta pesquisa enfoca somente os fatores internacionais, com base na literatura pertinente, que reúne as principais ideias dos autores da literatura da difusão da democracia. Dentre elas, podem-se destacar cinco variáveis externas que podem influenciar a difusão: o impacto da vizinhança, os incentivos externos, a prevalência de condições conjunturais, o clima político regional, atores e eventos externos.

⁷ “It may be hard to pin down the precise impact of such broad societal and cultural influences, but they are arguably as important a contributory cause of democratic transitions as any more directly observable political mechanisms. It may be that explicitly political causes only achieve their intended results when interpreted through an appropriate cultural lens that has to be explained as an ‘international factor’” (Texto original).

⁸ “Therefore, a major empirical theme for the comparative study of democratizations should be possible transition paths, and the quality of democracy that is possible in the absence of full state-ness. In such conditions, international factors can be expected to play a more directive role, and the stability and internal legitimacy of the ensuing regimes may well diverge from standard models. Even so, experience teaches us that democratizations can be achieved in such contexts. However, in contrast to the assumptions of mainstream transitology, comparative analysis needs to focus on how external direction is imposed, on the requirements for subsequent withdrawal of international control, and on the uncertain process by which relatively weak domestic forces acquire authenticity and succeed (or not) in disengaging themselves from their foreign protectors” (Texto original).

1.2.1 Impacto da vizinhança

A literatura de Brinks e Coppedge (2006) desenvolve a hipótese de que quanto maior a diferença democrática entre Estados limítrofes, maior é o efeito de difusão da democracia. Para confirmar a hipótese, eles elaboram um modelo de “graus de democracia” com base nos dados fornecidos pela *Freedom House*.

Com seu modelo, os autores procuram confirmar o impacto da vizinhança, que eles consideram uma variável externa de difusão democrática. Essa variável operacionaliza a pressão a favor ou contra a liberalização do regime exercida por vizinhos entre si. (BRINKS; COPPEDGE, 2006).

Em suas conclusões, os autores confirmam que o fato de haver um Estado vizinho com maiores liberdades civis faz um Estado autoritário se liberalizar aos poucos com o passar dos anos, estimulado pelo país vizinho. Contudo, o efeito contrário também existe: se os vizinhos são países autocráticos, o país tende a ser mais autoritário também.

Assim, o impacto da vizinhança é ambivalente, funciona tanto para tornar um país mais democrático quanto para torná-lo mais autoritário. Uma política semelhante entre vizinhos facilita a comunicação regional e é uma forma de se proteger de ameaças externas. (BRINKS; COPPEDGE, 2006).

Brinks e Coppedge (2006) sugerem que até mesmo atores domésticos podem ser influenciados pela política do país limítrofe. Os atores domésticos podem se utilizar do argumento de que o vizinho democrático é um bom ou mau exemplo a ser seguido, conforme seu interesse seja implantar um regime democrático ou autoritário. Podem afirmar que a tendência é a da democratização e se utilizar do país vizinho democrático como referência, ou podem apontar o vizinho democrático como um exemplo de país que perdeu o controle da oposição e vive o caos trazido pela democracia.

Brinks e Coppedge (2006), então, concluem que a proximidade geográfica é fundamental para criar um padrão de difusão em que um país tende a aproximar sua política daquela exercida pelos seus vizinhos, comprovando a existência do impacto da vizinhança enquanto um fator internacional da difusão democrática.

1.2.2 Incentivos externos

A literatura de Brinks e Coppedge (2006) apresenta a variável externa do impacto da vizinhança, já apresentada nesta pesquisa, porém, complementando essa ideia, os autores

explicam que os países buscam se assemelhar aos seus vizinhos em troca de benefícios, do que se pode depreender uma segunda variável externa: a dos incentivos externos.

Brinks e Coppedge (2006) não são os únicos autores a trabalhar a variável externa dos incentivos externos, esta é uma hipótese já bastante difundida. Yilmaz (2002), por exemplo, coloca que os Estados às vezes são levados à democratização pela percepção de que podem ganhar alguma recompensa por isso, ou seja, podem receber investimentos, apoio externo, segurança regional, estabilidade, dentre outras recompensas. Ou, o contrário também é válido: podem sofrer sanções internacionais se insistirem em permanecer autoritários.

(...) os países são recompensados quando os regimes são similares aos de seus vizinhos, e são punidos quando seus regimes são divergentes. As recompensas podem ser de vários tipos: paz, segurança mútua, comércio, investimento, facilidade de comunicação, etc. Por exemplo, a literatura da paz democrática sugere que democracias raramente entram em guerra contra outras democracias. Mas a natureza da recompensa por ter regimes semelhantes é menos importante do que o fato de haver alguma recompensa; ou, mais precisamente, do fato de que os atores-chave *acreditam* que tais recompensas existem. (BRINKS; COPPEDGE, 2006, p. 5-6)⁹.

Nogueira (2009) explica que os autores confirmam a tese de que os países buscam seguir a mesma direção do resto do mundo para que não sejam preteridos em negociações e para ganhar visibilidade. Qualquer que seja a recompensa trazida pela convergência de política entre vizinhos, é inegável o fato de haver uma esfera de influência mútua entre Estados limítrofes. Os países tendem a estar atentos às mudanças de política dos países vizinhos e enxergam nessas mudanças possíveis benefícios ou prejuízos, dependendo do caso.

Brinks e Coppedge (2006) afirmam que países contíguos tendem a interagir mais uns com os outros do que países não contíguos. Sendo assim, é normal, no entendimento dos autores, que seus formuladores de política busquem políticas semelhantes às dos vizinhos, afinal, “(...) é menos custoso fazer negócios, comunicar-se, defender-se e lidar com vizinhos semelhantes a eles”. (BRINKS; COPPEDGE, 2006, p. 29).¹⁰

Os principais países do cenário econômico internacional são democráticos, com a exceção da China e da Rússia, conforme o relatório de 2014 da *Freedom House*. Isso traz a percepção aos países menores de que se seguirem a tendência dos maiores, é possível que

⁹ “(...) countries are rewarded when their regimes are similar to those of their neighbors, and punished when their regimes are dissimilar. The rewards could be of many different kinds: peace, mutual security, trade, investment, ease of communication, etc. For example, the democratic peace literature suggests that democracies rarely if ever go to war against other democracies. But the nature of the reward for having similar regimes is less important than that there be a reward of some kind; or, more accurately, that key actors *believe* that such rewards exist” (Texto original).

¹⁰ “(...) they find it less costly to do business with, communicate with, defend from, and generally get along with neighbors that are more similar to themselves” (Texto original).

estes lhes deem maior atenção nos fóruns mundiais e que a democratização lhes facilite as negociações. Portanto, essa percepção de que receberão algo em troca da democratização é o que se pode chamar de incentivo externo, um fator internacional da difusão da democracia.

1.2.3 Prevalência de condições conjunturais

A literatura sobre processos de democratização às vezes apresenta o desenvolvimento econômico como pressuposto para um regime permanecer democrático, como Huntington (1996), dentre muitos outros autores. Mainwaring e Pérez-Liñán (2009) tentam rebater essa tese, uma vez que diversos países da América Latina não possuem uma economia estável e, no entanto, possuem uma democracia já em fase de consolidação.

(...) certas regiões, como a América Latina, possuem processos e dinâmicas políticas específicas, com padrões de causalidade diferentes em relação aos padrões sistêmicos. Uma dessas especificidades da região está relacionada ao impacto causal do nível de desenvolvimento na democracia: o nível de desenvolvimento tem um impacto pequeno na região, e a relação entre desenvolvimento e democracia é uma curva em forma de N, enquanto o padrão global é curvilíneo. (NOGUEIRA, 2009, p. 175).¹¹

Sendo assim, não é possível fazer inferências com base nos padrões globais, tais inferências não se verificam no caso latino-americano e podem levar ao erro de interpretação sobre os fatores internacionais que influenciaram a democratização da região.

Enquanto que as condições estruturais (como condições econômicas, dependências externas e recursos naturais) explicam a democratização de outros países do mundo, as condições conjunturais explicam melhor a democratização latino-americana, como a ocorrência de transições democráticas em uma mesma região, ou proporções de democracias vizinhas. (NOGUEIRA, 2009).

Nesse sentido, Mainwaring e Pérez-Liñán (2009) fazem um estudo sobre as democracias na América Latina no período de 1945 a 2005 e concluem pela prevalência de condições conjunturais em detrimento de condições estruturais como fatores internacionais de propagação da democracia. Portanto, as condições conjunturais podem ser identificadas como outra variável externa capaz de estimular a difusão democrática.

¹¹ “(...) certain regions, such as Latin America, possess specific political dynamics and processes, with distinct patterns of causality in comparison with systemic patterns. One of the specificities of this region is related to the causal impact of the level of development on democracy: the level of development has a weak impact in this region, and the relation between development and democracy is an N-shaped curve, whereas the global pattern is curvilinear” (Texto original).

Além disso, Mainwaring e Pérez-Liñán (2009) apontam outros fatores internacionais de difusão, como incentivos externos, atores transnacionais, disseminação de normas e modelos organizacionais, apoio diplomático e assistência externa. Porém, os autores não se aprofundam na explicação de nenhum desses fatores, limitando-se a apontá-los como possíveis variáveis.

Por fim, os autores ainda comprovam por meio de gráficos de estabilidade democrática que governos latino-americanos democraticamente eleitos conseguem se manter no poder mesmo com más condições econômicas e falta de modernização na infraestrutura do país, se o clima político regional for favorável.

Fatores internacionais também ajudam a explicar a maior estabilidade de regimes democráticos e semi-democráticos depois de 1977. A contribuição para a democracia não veio tanto das políticas dos Estados Unidos para a América Latina, ou das tendências ideacionais globais, mas da transformação dinâmica do contexto regional. (...) Um ambiente político regional mais favorável então emerge como chave para entender a redução aguda da média de desfalecimento de democracias no pós-1977. (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2009, p. 29-30).¹²

Assim, os autores desconstruem o argumento de que o desenvolvimento econômico é o principal fator para a estabilidade democrática. Logicamente, tal fator continua tendo um papel de relevância, porém, não é o único, e no caso da América Latina, nem ao menos é um fator de destaque. No caso latino-americano, Mainwaring e Pérez-Liñán (2009) defendem que são as condições conjunturais da região que têm maior importância na difusão da democratização.

1.2.4 Clima político regional

Contrariando a ideia de que o desenvolvimento econômico é fundamental para a emergência de democracias, Przeworski e Limongi (1993) concluem através de pesquisa empírica que não há relação entre o surgimento de democracias e desenvolvimento econômico. Segundo os autores, é falso o argumento de que o desenvolvimento econômico leva a movimentos pró-democracia dentro de um país autoritário, uma vez que um país

¹² “International factors also help explain the vastly greater stability of democratic and semi-democratic regimes after 1977. The contribution to democracy was made not so much by US policies towards Latin America, or by global ideational trends, but by the dynamic transformation of the regional context. (...) A more favorable regional political environment thus emerges as a key to understanding the sharp post-1977 reduction in the breakdown rate” (Texto original).

autoritário consegue ter seu regime consolidado e ao mesmo tempo manter a economia bem desenvolvida, tanto quanto um regime democrático consegue.

Contudo, os autores admitem que uma vez democratizado, é mais provável que o país mantenha sua estabilidade democrática se ele for desenvolvido, ainda que não seja um requisito. Então, o desenvolvimento econômico é muito mais um fator para a consolidação democrática do que para a transição democrática em si.

No entanto, Przeworski et al. (2003) afirmam que outros fatores internacionais também são importantes para a estabilidade democrática, às vezes até mais importantes que o desenvolvimento do país. Um desses fatores internacionais, segundo Przeworski et al. (2003), é o clima político internacional.

Concluiu-se que o clima político internacional não influenciava tanto na transição democrática, porém, colaborava para a estabilidade democrática. Ou seja, o clima político internacional era fundamental para um país já democrático continuar democrático, mas não tanto para um país autoritário tornar-se democrático.

Em relação às conclusões de Przeworski et al. (2003), Nogueira (2009) comenta que o clima político internacional, ainda que relevante, é um fator internacional muito amplo, e lamenta que o estudo não tenha trabalhado o regional em detrimento do internacional. “Infelizmente, esses autores não acrescentaram a variável do clima político regional, uma vez que a literatura da difusão demonstra que processos internacionais que favorecem a democratização operam mais fortemente no plano regional do que no plano mundial” (NOGUEIRA, 2009, p. 173)¹³.

Então, Wejnert (2005) adaptou a teoria de Przeworski et al (2003) para o âmbito regional, para verificar se a mudança alterava os resultados tidos pela literatura antecessora. Adaptando a variável “clima político internacional” para “clima político regional”, Wejnert (2005) observa que há alguns indicadores conjunturais da região que influenciam na democratização muito mais do que aspectos globais.

Esses indicadores envolvem canais de comunicação, promoção externa de modelos de democracia, e facilidades internas, tanto quanto barreiras à propagação da democracia, e podem ser categorizados como: (a) fatores espaciais, (b) redes (socioeconômicas, políticas e coloniais), e (c) meios de comunicação. (WEJNERT, 2005, p. 55-56).¹⁴

¹³ “Unfortunately, these authors did not add a regional political climate variable, for diffusion literature demonstrates that international processes that favour democratization operate more strongly at the regional rather than world level” (Texto original).

¹⁴ “The indicators concern communication channels, external promotion of models of democracy, and internal facilitations, as well as barriers to the spread of democracy, and could be categorized as: (a) spatial factors, (b) networks (socioeconomic, political, and colonial), and (c) media communication” (Texto original).

Assim, Wejnert (2005) entende que a proximidade geográfica, o acesso da população aos meios de comunicação, o passado colonial e redes políticas determinam a inclinação democrática ou autoritária de um determinado país, mais do que indicadores globais ou condições estruturais.

Mecanismos regionais parecem ter um papel chave para explicar grandes transformações. A variável regional pode aumentar a probabilidade de transições (se transições em países vizinhos se tornam mais frequente que colapsos), e também reduzem o risco de colapso (se o nível de democracia nos países vizinhos aumenta). (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2009, p. 25).¹⁵

Então, o clima político regional se mostra mais relevante enquanto fator internacional de difusão do que o clima político internacional, uma vez que aquele influencia mais diretamente na política interna de um país. O estímulo à democratização causado pelo clima político regional tem impacto maior do que as tentativas de promoção de democracia lançadas pelos grandes países nos fóruns mundiais.

1.2.5 Atores e eventos externos

Atores e eventos externos de promoção à democracia influenciam as percepções e ideias de atores internos, é o que também dizem Gleditsch e Ward (2006). Os autores analisam a influência dos fatores de difusão pelo período de 1951 a 1998. Através de modelos estatísticos, eles concluem que se nenhum país ou poucos países dentro de um raio de 500 quilômetros são democráticos, a probabilidade de um país se tornar democrático é de 0,015, ou seja, irrisória.

Por outro lado, se há um movimento externo de promoção à democracia, e países próximos aderem a esse movimento, a probabilidade de um país se tornar democrático aumenta. Gleditsch e Ward (2006) alegam que esses eventos externos abalam o equilíbrio de poder entre governo e oposição, além de influenciar grupos internos em suas estratégias, percepções e até instituições políticas.

A institucionalização da distribuição de poder e o estabelecimento de direitos políticos se tornam opções racionais quando o seletorado se expande

¹⁵ “Regional mechanisms appear to play a key role explaining the great transformation. The regional variable can increase the probability of transitions (if transitions in neighboring countries become more frequent than breakdowns), and also reduce the risk of breakdowns (if the level of democracy in neighboring countries increases)” (Texto original).

tanto que os atores não são mais capazes de dominar ou controlar completamente o poder político por meios repressivos ou distribuindo bens privados. Nessa perspectiva, as teorias estruturais de democracia apontam fatores que influenciam o poder e os recursos relativos de grupos, assim como o apoio a instituições democráticas. (GLEDITSCH; WARD, 2006, p. 918).¹⁶

Assim, os autores expõem a ideia de que os atores transnacionais e eventos externos podem causar impactos principalmente nas ideias e concepções da população e da oposição, estimulando grupos internos a reagir contra o governo autoritário.

Além disso, Gleditsch e Ward (2006) alegam que os agentes transnacionais democráticos geralmente dão apoio aos grupos de oposição que são favoráveis à democracia, por resultar em uma convergência de regimes e políticas.

Nossa hipótese é de que Estados democráticos tendem a apoiar movimentos de oposição e reformas governamentais que resultariam em regimes similares a eles. Igualmente, grupos de oposição em autocracias que são conectados ou que interagem com sociedades democráticas e abertas estão mais propensos a receber apoio de atores transnacionais. (GLEDITSCH; WARD, 2006, p. 919).¹⁷

Portanto, Gleditsch e Ward (2006) entendem que atores e eventos externos formam um fator internacional de difusão democrática na medida em que promovem a democratização por meio de ações que fortalecem os atores domésticos que buscam a democracia, enfraquecendo o poder dos regimes autoritários e dando um poder relativo a relevantes grupos domésticos.

Assim, com este último fator internacional da difusão democrática, fecham-se os cinco fatores estudados por esta pesquisa. O objetivo de apresentar cada uma dessas cinco variáveis externas separadamente é entender o que elas representam e como funcionam, para poder tentar identificá-las no caso concreto da Primavera Árabe, trabalhada no capítulo a seguir.

¹⁶ “Institutionalizing methods for sharing power and establishing political rights become rational options when the selectorate expands so that actors are unable to fully dominate or control political power by repressive means or by distributing private goods. From this perspective, existing structural theories of democracy point to factors that influence the relative power and resources of groups, as well as support for democratic institutions” (Texto original).

¹⁷ “We hypothesize that democratic states will tend to support opposition movements and government reforms that would bring about more similar regimes. Likewise, opposition groups in autocracies that are connected to or interact with open, democratic societies are more likely to receive support from transnational actors” (Texto original).

2 O FENÔMENO DA PRIMAVERA ÁRABE

Após definidos os conceitos de democracia e democratização nos quais a presente pesquisa se baseia, e também explicados os fatores internacionais da difusão da democracia, o trabalho passa a relatar o que foi e como aconteceu a Primavera Árabe e seus principais desdobramentos na Tunísia, no Egito e na Líbia.

Alguns países das regiões do norte da África e do Oriente Médio não têm uma grande experiência com a democracia tal como ela é segundo a tradição liberal do Ocidente. Esses países eram dominados por potências europeias (na época da colonização) e, uma vez independentes, passaram a ter regimes autoritários. Devido a essa falta de experiência democrática, Huntington (2010) expõe o islamismo como uma barreira para uma verdadeira democracia, por causa de suas diferenças culturais.

Porém, a Primavera Árabe, que se iniciou em dezembro de 2010 e atingiu seu auge em 2011, desafia essa tese que não acredita na possibilidade de convivência entre democracia e islamismo. O fenômeno foi uma onda maciça de manifestações e protestos reivindicando direitos políticos e liberdades civis, e que atingiu todos os países do Oriente Médio, em menor ou maior grau, conforme comenta Carvalho Pinto (2011, p. 02):

(...) já todos os países do Oriente Médio tiveram algum tipo de protesto popular, tanto as repúblicas quanto as monarquias. As manifestações se iniciaram e foram mais virulentas nas repúblicas: Tunísia, Egito, Argélia e Iêmen (ainda que a repressão exercida pelas autoridades no Reino de Bahrein seja uma exceção no que concerne esse campo); e somente depois se estenderam às monarquias (Jordânia, Bahrein, Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes).¹⁸

A Primavera Árabe, então, não ficou restrita a um país só e se espalhou por toda uma região. O principal fator em comum de todos esses países é a repressão, no entendimento de Costa (2011). Esses países sempre estiveram “tutelados” por alguém, seja por um país colonizador, seja por um ditador. Porém, conforme os regimes iam se perpetuando por décadas no poder, eles começaram a ser questionados pela população e sua legitimidade sofreu uma queda gradativa.

Assim, a situação tornou-se insustentável, e a população passou a clamar por mais direitos. Costa (2011) exalta o papel que a população jovem teve no evento, atribuindo-lhe

¹⁸ “(...) ya todos los países de Oriente Medio tuvieron algún tipo de protesta popular, tanto las repúblicas como las monarquías. Las manifestaciones se iniciaron y fueron más virulentas en las repúblicas: Túnez, Egipto, Argelia y Yemen (aunque la represión ejercida por las autoridades en el Reino de Bahrein sea una excepción en lo que concierne a este campo); y sólo después se extendieron a las monarquías (Jordania, Bahrein, Kuwait, Arabia Saudita y Emiratos Árabes Unidos)” (Texto original).

uma importância ímpar frente às repressões. “O despertar da Primavera Árabe seria fruto de uma repressão que chegou ao extremo e fez com que o jovem, diante de uma perspectiva completamente adversa, seguisse seu instinto contestador” (COSTA, 2011, p. 23).

É relevante ressaltar que os manifestantes não pediam a democracia, inicialmente. Segundo Fradkin (2013) e Roy (2012), as revoltas começaram contra a repressão, reivindicando direitos humanos, boa governança e liberdades. Contudo, a dura repressão das autoridades contra as manifestações fez com que as reivindicações tomassem proporções maiores, e a democracia passou a ser uma alternativa.

Portanto, os manifestantes não tinham o intuito de tomar o poder, apenas queriam mais liberdades e estabelecer uma nova estrutura política no país. Esses objetivos tiveram consequências diferentes dependendo do país. Em alguns países, as manifestações provocaram a queda do regime, enquanto em outros somente alguma abertura política. Porém, independentemente do resultado, se foram estabelecidas eleições ou não, é certo que todo o mundo árabe foi afetado pela Primavera Árabe.

2.1 Tunísia: um caso bem sucedido

A Tunísia foi a grande precursora da Primavera Árabe, foi o país que começou a onda maciça de revoluções. Colônia francesa até 1956, o país elegeu como presidente Habib Bourguiba em 1959, que centralizou o poder e criou o sistema de partido único, consolidando-se como um presidente autoritário. (DIAMOND, 2010).

Bourguiba sustentou que seu governo deveria se inspirar na França, não podendo se prender ao velho islã. Algumas medidas tomadas por ele, como a proibição de cortes religiosos e a proibição da poligamia, eram consideradas ocidentais demais pela população, o que fez surgir diversos grupos islâmicos de oposição, sendo um deles o grupo islâmico moderado Ennahda. (DIAMOND, 2010).

Nas décadas de 70 e de 80, a Tunísia atravessou um período de recessão econômica, que colaborou no desgaste do governo de Bourguiba e fez com que seus opositores, do movimento político islâmico, ganhassem força. Em 1987, o primeiro ministro Zine El-Abidine Ben Ali conseguiu depor Bourguiba e subir ao poder. (DIAMOND, 2010).

O governo de Ben Ali começou bem, prometendo o progresso e o desenvolvimento. No entanto, com o tempo, a repressão contra os opositores aumentou, além de a política ter ficado cada vez mais centralizada e a recessão econômica agravar a situação da população de menor poder aquisitivo. Os tunisianos sofriam com a alta taxa de desemprego, miséria e

extrema pobreza. Porém, a família de Ben Ali enriquecia cada vez mais, fruto da corrupção que se alastrou no seu governo. (SCHRAEDER; REDISSI, 2011).

Ben Ali ficou no poder da Tunísia por 23 anos até o estopim da Primavera Árabe: Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua, incendiou seu próprio corpo no dia 17 de dezembro de 2010 como forma de protesto contra a humilhação que sofreu por parte das autoridades locais, que confiscaram sua barraca de frutas e suas mercadorias. A autoimolação de Bouazizi foi o evento catalisador da Revolução da Tunísia e da propagação da Primavera Árabe. (SCHRAEDER; REDISSI, 2011).

O episódio comoveu a população, o que resultou na eclosão de protestos e manifestos contra os problemas econômicos e sociais pelos quais passava o país. Ben Ali enviou suas tropas em uma tentativa de conter a população. Entretanto, poucos dias depois, os militares se recusaram a atirar contra seus próprios cidadãos e retiraram seu apoio ao governo. Essa atitude por parte dos militares foi fundamental para o sucesso da Revolução da Tunísia, uma vez que evitou mais mortes de civis e deixou Ben Ali sem nenhum apoio político no país. (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011).

Para Schraeder e Redissi (2011, p. 7), a derrocada de Ben Ali ficou visível quando os manifestantes tomaram a capital do país, Túnis:

O fim de jogo para Ben Ali começou quando os manifestantes encheram as ruas de Túnis, a capital. Em 28 de dezembro, ele fez um discurso em rede nacional cobrando os manifestantes pelos danos à economia e ameaçou lidar com eles severamente. Quando isso não funcionou, ele deu um segundo discurso em 10 de janeiro no qual ele acusou os manifestantes de serem “terroristas” servindo interesses estrangeiros, mas também prometeu criar 300.000 novos empregos. Quando os manifestantes fizeram pouco caso de suas declarações, Ben Ali fez uma terceira e última aparição na televisão em 13 de janeiro, assegurando os manifestantes de que ele os “ouvia” e os “entendia”, e prometeu não concorrer para um terceiro mandato em outubro de 2014.¹⁹

Conforme se depreende da passagem citada, Ben Ali foi abrandando o tom confrontativo do discurso na medida em que os protestos ficavam mais fortes. Ben Ali percebeu que não poderia vencê-los, então tentou dialogar com os rebeldes. Contudo, era tarde demais, o cenário já era bastante grave e somente a renúncia iria acalmar os ânimos da

¹⁹ “The endgame for Ben Ali began as demonstrators filled the streets of Tunis, the capital. On December 28, he gave a nationally televised speech in which he charged the protesters with hurting the economy and threatened to deal with them severely. When this did not work, he gave a second address on January 10 in which he tried to paint the demonstrators as “terrorists” serving foreign masters, but also vowed to create 300,000 new jobs. As protestors scoffed, Ben Ali made a third and final television appearance on January 13, assuring demonstrators that he had “heard” and “understood” them, and promising not to run for a sixth term in October 2014” (Texto original).

população. Ben Ali, então, se viu obrigado a fugir para a Arábia Saudita em 14 de janeiro de 2011, para fugir da pena imposta pela longa lista de crimes dos quais era acusado na Tunísia, incluindo corrupção e tráfico de drogas. (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011).

Assim, com a saída de Ben Ali do poder, assumiu o primeiro ministro, Mohammed Ghannouchi, que ficou por pouco tempo, uma vez que o primeiro ministro era visto pela população como uma continuação do governo de Ben Ali. Os manifestantes queriam eliminar todos os resquícios deixados pelo governo antecessor. Assim, foram convocadas as eleições, marcadas para outubro de 2011. (WATSON, 2011).

A notícia da fuga de Ben Ali e da convocação das eleições agradou a comunidade internacional. O Ocidente se mostrou favorável à transição democrática e ofereceu apoio à Tunísia em seu momento pós-revolução. A União Europeia, por exemplo, enviou ajuda financeira de 240 milhões de euros e enviou também uma Missão de Observação Eleitoral para ajudar nas preparações para as eleições tunisianas e para ajudar a detectar fraudes (COMISSÃO EUROPEIA, 2013). Os EUA também enviaram apoio financeiro à Tunísia para sua transição, tendo o Presidente Barack Obama discursado a respeito do compromisso dos EUA com as democracias (CORNWELL, 2012).

Internamente na Tunísia, com a lacuna na presidência do país, cresceu a tensão entre os grupos opositores que almejavam o governo: o Ennahda (grupo islâmico mais moderado), os secularistas e os Salafistas Jihadistas (grupo islâmico mais radical). Ressalta-se que nenhum desses grupos opositores teve uma participação expressiva nas manifestações. Aliás, nenhum desses grupos tinha qualquer experiência de governo, nenhuma coalizão ou base política amplamente estruturada. (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011).

Como bem coloca Costa (2011), não houve um partido principal ou a figura de um líder na Primavera Árabe. Na Tunísia, a revolução se deu no estilo *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima, iniciada pelo povo até chegar à classe governante. Assim, qualquer grupo que fosse eleito teria dificuldades para se legitimar no poder, já que todos eram inexperientes como classe governante e sequer tinham participado ativamente da Primavera Árabe, apenas viram nela uma forma de subir ao poder.

No entanto, apesar das dificuldades, o grupo moderado Ennahda venceu as eleições e conseguiu 87 dos 217 assentos da Assembleia Nacional Constituinte. A Assembleia elegeu o ex-ativista de direitos humanos Moncef Marzouki como presidente. Atualmente, seu primeiro ministro é o tecnocrata Mehdi Yuma. Consagrando-se uma república constitucional, no dia 26 de janeiro de 2014, a Tunísia promulgou aquela que é considerada atualmente a mais moderna das Constituições árabes, conforme expõe a Associated Press (2014, p. 1):

A nova Constituição pretende transformar o país norte-africano em uma democracia, com um Estado civil cujas leis não sejam baseadas na lei islâmica, diferente de muitas outras Constituições árabes. Um capítulo inteiro do documento, com 28 artigos, se dedica a garantir os direitos dos cidadãos, incluindo a proteção contra a tortura, o direito a um processo judicial justo e liberdade de credo. Ela garante a igualdade entre homens e mulheres perante a lei e o Estado se compromete a proteger os direitos das mulheres.

O estabelecimento de eleições e a promulgação de uma Constituição são passos importantes na consolidação da democracia e não passaram despercebidos pela *Freedom House*. Pode-se perceber uma diferença gradativa nos índices de democracia na Tunísia verificados pela instituição, conforme a tabela abaixo:

TABELA 1 – A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA NA TUNÍSIA

ANO	Direitos políticos	Liberdades civis	Média	Status de liberdade
2011	7,0	5,0	6,0	Não livre
2012	3,0	4,0	3,5	Parcialmente livre
2013	3,0	4,0	3,5	Parcialmente livre
2014	3,0	3,0	3,0	Parcialmente livre

Fonte: Elaboração pela autora, com dados dos relatórios da *Freedom House* dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Assim, percebe-se que há uma significativa mudança de 2011 para 2012. O relatório de 2011 trata do ano de 2010 na Tunísia, em que ainda havia um regime autoritário de Ben Ali. Já o relatório de 2012 trata do ano de 2011, ano em que o regime autocrático foi deposto e as eleições foram realizadas com sucesso somente alguns meses depois.

A tabela indica uma queda nos índices de autoritarismo, notavelmente no tocante aos direitos políticos, uma vez que só o fato de haver eleições e uma alternância de poder já causa impacto nos direitos políticos da população. O relatório até menciona a Tunísia como o grande beneficiário do ano de 2011, por aumentar consideravelmente seus índices de direitos políticos e de liberdades políticas, além de mudar de status, passando a ser parcialmente livre.

Em 2013, houve um aumento das liberdades civis, devido à maior liberdade acadêmica, à retirada de restrições de viagens e ao estabelecimento de uniões trabalhistas, de acordo com o relatório da *Freedom House* de 2014. Esses direitos conquistados

gradativamente pelos tunisianos se refletem no índice de liberdades civis da *Freedom House*, que ficou na casa de 3,0, igualando o índice dos direitos políticos.

Conclui-se, então, que a Tunísia tem trilhado o caminho da democracia. A precursora da Primavera Árabe serve como exemplo de que a cultura árabe não necessariamente antagoniza com a democracia, desconstruindo a tese de Huntington (2010) de que o islamismo e a democracia não convivem. A democracia tunisiana ainda não se consolidou e terá de enfrentar alguns obstáculos, como o grande número de adeptos ao partido islâmico mais conservador e autoritário, porém, tudo indica que, apesar das dificuldades e do ainda longo trajeto a percorrer, a Tunísia está no caminho da consolidação da democracia.

2.2 Egito: a incerteza da democracia

Assim como a Tunísia, o Egito teve seu passado colonial. O Egito vivia sob uma forte influência britânica até 1952, ano em que houve um golpe militar e um posterior movimento nacionalista, cujo líder era Gamal Abdel Nasser. No entendimento de Kandil (2011), Nasser fez um acordo tácito com o povo egípcio: bem-estar social em troca de obediência. A população teria acesso a ensino gratuito, emprego em expansão, assistência médica e habitação a preços razoáveis, desde que não questionassem a autoridade de Nasser.

No entanto, após a sua morte, em 1970, esse contrato social foi se desgastando. Subiu ao poder Anwar Al-Sadat, que tinha uma política pró-Occidente, como comprova o Acordo de Paz com Israel em 1979. Essa atitude por parte do Egito gerou revolta na comunidade árabe, que assistiu à assinatura do acordo como uma forma de traição. A rejeição a Sadat era muito grande, o que culminou com o seu assassinato em 1981 (COSTA, 2011).

Com a morte de Sadat, Hosni Mubarak assumiu a presidência e preservou a política pró-Occidente, instaurando o Partido Democrático Nacional, partido do governo. Kandil (2011) aponta que a sociedade estava apática nessa época, e o regime de Mubarak percebeu nisso uma ótima oportunidade para desviar dinheiro e consolidar interesses capitalistas externos, nomeando para cargos de confiança pessoas com histórico de corrupção e que detinham o monopólio do mercado financeiro.

Assim, a população egípcia experimentou uma recessão econômica que permaneceu por anos. Os tributos aumentavam, e os salários reais não. O contrato social de Nasser há muito já se havia rompido. A população perdera seus direitos políticos em troca de nada, já que não havia nem mais o bem-estar social (KANDIL, 2011).

Em 2010, acreditava-se que Mubarak não se candidataria à presidência novamente, que passaria o cargo ao seu filho, Gamal. Essa perspectiva não era animadora: Gamal já exercia poder na política mesmo sem nela adentrar, ele era um sucessor indiscutível. A situação econômica da população era frágil, e não havia nenhuma forma de se fazer oposição ao regime ou à política econômica sem enfrentar a repressão da polícia (KANDIL, 2011).

A repressão policial, aliás, havia aumentado conforme o tempo. Se na época de Nasser ela era violenta, porém bem direcionada, nos tempos de Mubarak a repressão continuava violenta, porém indiscriminada. Na época de Nasser, a repressão era contra os grupos organizados. Na época de Mubarak, a polícia maltratava as pessoas sem nenhum motivo político, de forma aleatória (KANDIL, 2011).

Conforme relata Kandil (2011), essa repressão policial atingiu Khaled Said, pertencente a uma família conhecida de Alexandria, e que foi morto violentamente em 06 de junho de 2010, sendo que seu rosto foi esmagado na calçada por dois auxiliares de polícia. Depois, ainda alegaram que o rapaz cometera suicídio. A violência do caso horrorizou a população local e logo o episódio repercutiu pelo país todo, chegando a atravessar as fronteiras nacionais e mobilizando atores estrangeiros. Wael Ghonim, diretor executivo do Google, criou um grupo na rede social *Facebook* chamado “Todos somos Khaled Said” (no original, “*We are all Khaled Said*”).

Em 25 de janeiro de 2011, o grupo “Todos somos Khaled Said” resolveu fazer um protesto contra a repressão, na praça Tahrir, no Cairo. A data escolhida era proposital: o dia era conhecido como o “Dia da Polícia”, em homenagem aos policiais mortos em 25 de janeiro de 1952 em um confronto com os britânicos. A ideia da manifestação era mostrar o contraste entre aquela polícia de 1952, que representava os ideais nacionalistas egípcios, e a polícia de então, que reprimia sua própria população indiscriminadamente (KANDIL, 2011).

O grupo esperava reunir algo em torno de 5 a 7 mil pessoas, mas mesmo um contingente desses parecia demasiadamente improvável na ocasião. Sob Mubarak, as maiores manifestações nunca haviam passado de umas poucas centenas de pessoas. No entanto, com o estímulo da queda da ditadura tunisiana em 14 de janeiro e o apoio de outros grupos opositores com base na internet, a convocação levou as ruas possivelmente umas 20 mil pessoas (KANDIL, 2011, p. 158).

De fato, as manifestações tomaram proporções gigantescas, de uma maneira que não se esperava, já que nunca Mubarak havia precisado enfrentar protestos com muito esforço. Desta vez, os protestos não duraram só algumas horas, mas sim, dias. A polícia utilizou gás

lacrimogêneo e jatos d'água, porém, não conseguiu conter os manifestantes. Pelo contrário: a repressão os estimulava ainda mais (KANDIL, 2011).

Durante duas semanas, o exército apoiou o governo contra os rebeldes. Porém, no dia 02 de fevereiro de 2011, as tropas mais leais a Mubarak massacraram os rebeldes na maior e mais violenta repressão desde que os protestos começaram. Esse dia, então, foi decisivo para o exército parar de apoiar o governo. Acabou-se qualquer prestígio que Mubarak ainda tinha com os militares ou com a sociedade civil. Os militares concluíram que Mubarak tinha perdido o controle do país. Além disso, o exército também não aceitava que o filho de Mubarak, Gamal, assumisse o país após o pai, porque o considerava pior que o próprio Mubarak. Assim, o exército passou a apoiar os manifestantes (BARANY, 2011).

Externamente, os manifestantes também receberam apoio da comunidade internacional. A União Europeia afirma ter enviado 449 milhões de euros para o Egito entre 2011 e 2013, para auxiliar na transição democrática (COMISSÃO EUROPEIA, 2013). O Ministro das Relações Exteriores da Austrália, Kevin Rudd, também afirmou que a Austrália não assistiria a tudo passivamente, e que o país historicamente prestava apoio às democracias. Além disso, Rudd afirmou que a comunidade internacional tinha a responsabilidade de não se omitir e ajudar os árabes em sua luta por democracia e direitos humanos (RUDD, 2011).

Com toda essa pressão externa e interna, Mubarak renunciou ao governo em 11 de fevereiro de 2011, após 29 anos no poder, e o Conselho Supremo das Forças Armadas assumiu o comando do país. A Constituição do Egito foi suspensa e o parlamento, dissolvido. O Partido Democrático Nacional, de Mubarak, também foi fechado. Hosni Mubarak foi condenado à prisão perpétua pelas mortes ocorridas durante as manifestações. Em junho de 2012, o Egito passou por eleições democráticas inéditas, que elegeram Mohamed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana, como presidente (BROWN, 2013).

A primeira medida de Morsi foi revogar os decretos do Conselho Supremo das Forças Armadas, que limitavam seus poderes enquanto presidente. Morsi também convocou uma Assembleia Constituinte, formada majoritariamente por membros da Irmandade Muçulmana, para elaborar uma nova Constituição egípcia. Entretanto, grupos liberais e seculares que também participavam da Assembleia optaram por se afastar dela por considerá-la muito radical. Temia-se que a Irmandade Muçulmana, através da figura de Morsi, impusesse uma nova ditadura, que imporia um sistema fundamentalista ainda mais rígido que o anterior (BROWN, 2013).

As suspeitas aumentaram em novembro de 2012, quando Morsi anunciou que tomaria medidas, quaisquer medidas, para supostamente proteger a Revolução Egípcia e seus

objetivos. Tal declaração não agradou a comunidade internacional. A Anistia Internacional do Reino Unido, por exemplo, acusou Morsi de ameaçar o Estado de direito e começar uma nova era de repressão disfarçada de proteção à revolução (AMNESTY INTERNATIONAL UNITED KINGDOM, 2012).

Em novembro de 2012, então, a população começou a se voltar contra seu presidente recém-eleito. Protestos ecoaram novamente pelo país. A população voltou a se sentir oprimida e passou a exigir a saída de Morsi (AMNESTY INTERNATIONAL UNITED KINGDOM, 2012). Isso acabou sendo inevitável em 03 de julho de 2013, quando Morsi foi retirado do poder pelos militares. A mesma população que dois anos antes havia criticado os militares e a polícia pela repressão contra os manifestantes, agora os celebrava por retirarem seu presidente democraticamente eleito há somente um ano e por suspenderem a Constituição aprovada há apenas seis meses, em dezembro de 2012 (BROWN, 2013).

A retirada de Morsi do poder pelos militares também não foi bem vista na comunidade internacional, que acusou os militares de praticarem um golpe de Estado. Porém, os militares anunciaram que não iriam retirar o direito de voto da população egípcia. Além disso, eles anunciaram que, apesar da suspensão da Constituição, dois comitês, um jurídico e um político, seriam instalados para emendar a Constituição, que depois passaria por aprovação popular. Prometeram, também, que assim que um novo parlamento fosse estabelecido, haveria eleições para presidente novamente (BROWN, 2013).

Até a presente data, em 2014, ainda não aconteceram essas mudanças prometidas pelos militares. O Egito ainda é comandado pelo comandante Abdel Fattah el-Sisi, que havia sido Ministro da Defesa de Mohamed Morsi e que foi um dos principais nomes no golpe contra o mesmo (ALI; ROBBINS, 2014).

A *Freedom House* avaliou de perto as revoluções egípcias, tanto a de 2011 quanto a de 2013, que fizeram variar o índice de democracia do Egito.

TABELA 2 – A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA NO EGITO

ANO	Direitos políticos	Liberdades civis	Média	Status de liberdade
2011	6,0	5,0	5,5	Não livre
2012	6,0	5,0	5,5	Não livre
2013	5,0	5,0	5,0	Parcialmente livre
2014	6,0	5,0	5,5	Não livre

Fonte: Elaboração pela autora, com dados dos relatórios da *Freedom House* dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Percebe-se que apesar da Primavera Árabe ter ocorrido no Egito em 2011, não houve mudanças do índice de 2011 para 2012. A *Freedom House* (2012, p. 2) explica o porquê:

O Egito também teve ganhos significativos, mas eles foram ofuscados em muitos aspectos pela continuação da dominação política dos militares, sua hostilidade frente às críticas da mídia, sua campanha contra organizações de direitos humanos e seu tratamento humilhante às manifestantes do sexo feminino²⁰.

Já no relatório de 2013 a organização aponta uma melhora nos direitos políticos do país, o que lhe rendeu o status de parcialmente livre. As eleições de 2012 para presidente foram o principal motivo para essa melhora. A organização ainda critica algumas falhas que as eleições tiveram, porém, elogia a retirada dos militares do poder e a persistência do Egito em buscar uma democracia.

Essa visão é completamente alterada no relatório de 2014, em que os direitos políticos voltam a cair para o índice de 6,0, e o país volta a ser não livre. A *Freedom House* explica que esse declínio se deve à queda do presidente democraticamente eleito, Mohamed Morsi, além dos protestos violentos que atingiram a sociedade civil. A organização também critica veemente o papel fundamental que os militares tiveram nesse processo. Assim, o Egito voltou para o mesmo status e com os mesmos índices que tinha quando ainda estava sob o regime de Hosni Mubarak.

Portanto, pode-se depreender que a Primavera Árabe atingiu o Egito em 2011, porém, ao contrário da Tunísia, o Egito sofreu um retrocesso. A interrupção de um mandato presidencial tão pouco tempo depois das eleições faz abalar as estruturas democráticas nas quais o país estava começando a se basear. Tendo somente um breve período democrático, o país saiu de um regime autoritário para entrar em outro, por tempo indeterminado.

Ainda que não experimente uma guerra civil como alguns de seus vizinhos, o Egito ainda vive um momento conturbado. A transição democrática se mostrou mais difícil do que aparentava ser, mostrou-se mais complexa e demorada do que foi na Tunísia. A população egípcia apoiou a queda de um ditador em 2011, porém apoiou também a queda de um presidente eleito em 2013. Percebe-se com isso que o Egito vive uma indecisão política, em que não se encontrou o grupo ou o líder com a legitimidade necessária para governar.

²⁰ “Egypt also made significant gains, but they have been overshadowed in many respects by the continued political dominance of the military, its hostility toward media critics, its campaign against human rights organizations, and its humiliating treatment of female protesters” (Texto original).

2.3 Líbia: a democratização pela intervenção militar

A história da Líbia não destoa muito da do Egito e da Tunísia, a Líbia também sofreu grande influência de outros países até conseguir independência. Depois de ver seu território invadido e colonizado por diversos povos e países diferentes, como romanos, bizantinos, turcos e italianos, a Líbia finalmente conseguiu sua independência, em 24 de dezembro de 1951. O regime adotado pelo país recém-independente foi o de uma monarquia constitucional e hereditária, sob o comando autoritário do Rei Idris (BBC, 2014).

Em 1959, foram descobertas grandes reservas de petróleo em seu território, o que fez o país ascender economicamente. Contudo, a riqueza trazida pelo petróleo não se refletiu na população, o petróleo acabou por concentrar o poder nas mãos do Rei Idris, o que gerou insatisfação popular e culminou em um golpe de estado. Um grupo de militares liderado pelo coronel Muammar al-Kaddafi tomou o poder do rei em 1º de setembro de 1969 (BBC, 2014).

Desde então, a Líbia vivia sob o comando de Kaddafi, sendo que este já havia manifestado a vontade de passar o governo ao seu filho, voltando ao sistema hereditário. Inicialmente, o governo de Kaddafi propagou o nacionalismo árabe e buscou uma melhor distribuição de renda, porém, o autoritarismo de Kaddafi e a extrema dependência do país na exploração de petróleo acabaram por aumentar a concentração de poder e a situação econômica da população continuou frágil (BBC, 2014).

Apesar de manter o autoritarismo, a Líbia de Kaddafi não tinha instituições públicas independentes e efetivas, o Estado não tinha bases ou estrutura consolidada, e a corrupção tomava proporções gigantescas. O Estado era ausente e até mesmo negligente em diversas questões sociais, como entendem Boduszyski e Pickard (2013, p. 86):

Por 42 anos, o regime de Muammar al-Kaddafi buscou uma política de “ausência de Estado”, impedindo o desenvolvimento de instituições governamentais efetivas. Kaddafi explorou os conflitos entre as tribos e regiões da Líbia, prejudicando a coesão nacional. Sua ideologia, junto das sanções internacionais, isolou a Líbia e impossibilitou a maioria dos vínculos de reforço da democracia com o Ocidente.²¹

Assim, crescia a insatisfação do povo líbio, que sofria com as mazelas sociais apesar da riqueza do petróleo. Contudo, a Primavera Árabe trouxe uma nova perspectiva: em dezembro de 2010, os líbios assistiram a Tunísia ser bem sucedida na retirada de seu

²¹ “For 42 years, the regime of Muammar al-Qadhafi pursued a policy of “statelessness,” preventing the development of effective governing institutions. Qadhafi exploited conflicts among Libya’s tribes and regions, harming national cohesion. His ideology, along with international sanctions, isolated Libya and precluded most democracy-enhancing linkages with the West” (Texto original).

governante do poder e, em janeiro de 2011, assistiram os egípcios também se rebelarem contra seu governo. As transições democráticas ocorrendo em seus dois vizinhos encorajaram os líbios a também se manifestar contra o autoritarismo. (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Então, influenciado por Egito e Tunísia, no dia 17 de fevereiro de 2011, o povo líbio resolveu ir às ruas pedir por maiores liberdades civis e uma abertura do governo. Porém, ao contrário do que acabou acontecendo nos dois outros países, as forças armadas da Líbia apoiaram o governo, reprimindo violentamente os manifestantes (BBC, 2014).

Na verdade, o que aconteceu com o exército líbio foi uma divisão interna, segundo Barany (2011). O autor alega que os militares eram divididos em organizações, que tinham pouco contato uma com a outra. Algumas eram fieis ao governo, outras não. Kaddafi sabia que não podia contar com todo o seu exército, então ele também mantinha contato com mercenários de outros países e privilegiava organizações paramilitares, em troca de lealdade a ele. Quando a revolta se tornou generalizada, Kaddafi enviou as tropas, militares e paramilitares, contra os manifestantes.

No entanto, mesmo com a dura repressão, os protestos tomaram a capital do país, Trípoli, em 20 de fevereiro. Uma semana depois, em 27 de fevereiro, a oposição ao governo formou o Conselho Nacional de Transição (CNT), que teria a função de administrar as áreas já tomadas pelos opositores e também de coordenar uma luta formal contra o governo. O CNT logo foi apoiado pelas nações democráticas ao redor do mundo (ONU BRASIL, 2011).

As forças armadas de Kaddafi se tornaram cada vez mais repressivas e foram acusadas pela comunidade internacional de cometer crimes contra a humanidade. A posição oficial da ONU, até então, era pouco prática e muito vaga: condenavam-se as práticas violentas do governo e exigia-se uma solução pacífica para o conflito. Enquanto a ONU não se posicionava de forma mais incisiva, as forças de Kaddafi conseguiram retomar diversos territórios que haviam sido perdidos para os rebeldes (VASCONCELOS, 2012).

Somente em 17 de março de 2011 foi aprovada a Resolução 1973 pelo Conselho de Segurança da ONU, e com dez votos favoráveis (Reino Unido, França, Estados Unidos, Colômbia, Líbano, Bósnia e Herzegovina, Nigéria, Gabão, Portugal e África do Sul) e cinco abstenções (Brasil, Alemanha, China, Rússia e Índia), foi autorizada a intervenção militar no território líbio (CASAS; FURTADO, 2011).

A Resolução 1973 determinava uma zona de exclusão aérea na Líbia. Os Estados Unidos ficaram no comando das intervenções até 27 de março daquele ano, depois passando o comando oficialmente para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A

intervenção objetivava, em tese, garantir a segurança do povo líbio e impedir que Kaddafi cometesse mais crimes contra a humanidade (FRANKE, 2011).

A intervenção gerou apoiadores e opositores na comunidade internacional. Os apoiadores argumentavam com discursos sobre a promoção da democracia e sobre os direitos humanos do povo líbio, enquanto que os opositores argumentavam que a intervenção militar tinha interesses econômicos (principalmente pelo petróleo) maiores do que humanitários de fato (CASAS; FURTADO, 2011).

No dia 21 de outubro de 2011, o CNT anunciou que as forças rebeldes e as tropas estrangeiras haviam tomado o quartel general de Kaddafi e que este havia sido morto, junto com seu filho. Então, no dia 28 do mesmo mês, o Conselho de Segurança da ONU declarou o fim da intervenção militar. Assim, foi proclamada a libertação da Líbia e o país passou a ser oficialmente uma república parlamentarista (CASAS; FURTADO, 2011).

No dia 07 de julho de 2012, o povo líbio votou pela primeira vez desde 1969, para compor o Congresso Nacional Geral (CNG), a quem o CNT entregou o poder em agosto do mesmo ano. Foi eleito também um primeiro ministro, Mustafa A. G. Abushagur, que entregou o cargo um mês depois porque não conseguiu a aprovação do CNG na formação de seu gabinete. Uma semana depois, o CNG elegeu um antigo membro do próprio Congresso e advogado de direitos humanos, Ali Zeidan, como primeiro ministro. Atualmente, em 2014, o primeiro ministro líbio é o professor universitário Amor al-Hassi.

O CNG eleito era bem dividido entre partidos mais moderados e o partido conservador Irmandade Muçulmana. Isso dificultou os processos de decisão tomados pelo órgão. Além disso, o CNG sofre críticas por ainda não ter votado a Constituição líbia, três anos depois da Primavera Árabe ter atingido a Líbia (RÉMY, 2014).

De fato, os problemas líbios não acabaram com a morte de Kaddafi. Problemas de ordem social e econômica, além de problemas com segurança e facções políticas internas, precisam ainda ser resolvidos. Conforme noticiado por Rémy (2014), a população sofre com cortes de água, energia elétrica e internet, além de ter problemas com ameaças e combates entre os simpatizantes de partidos opositores entre si.

Boduszyski e Pickard (2013, p. 86-87) também comentam sobre os problemas atuais enfrentados pelos líbios:

A mídia é livre, e a sociedade civil está emergindo. Os líbios podem criticar o governo sem medo de represália. No entanto, o velho regime e seu legado ainda assombram. O Estado pós-Kaddafi é fraco enquanto atores locais e não estatais comandam a transição. Milícias armadas operam com impunidade pelo país; contrabandistas atravessam fronteiras desimpedidos. Grupos

extremistas, alguns armados, estão crescendo. Separatistas agitam o leste e o sul. As cortes e a polícia mal funcionam.²²

Esse mau funcionamento do Estado pode ser exemplificado pelo anúncio em novembro de uma sentença da Suprema Corte do país invalidando a nova eleição do Parlamento líbio, que aconteceu em 25 de junho de 2014. O novo Parlamento é reconhecido pela comunidade internacional, mas não pelos grupos islâmicos no poder da capital, Trípoli, onde fica a Suprema Corte. Por isso, o Parlamento está mantendo suas atividades no leste do país, em Tobruk. (AFP, 2014).

Portanto, a Líbia conseguiu retirar do poder um governante autoritário, que lá estava por 42 anos, mas ainda sofre com os reflexos dele e também enfrenta dificuldades no novo mundo político, devido à sua falta de concordância e falta de transparência. A queda de Kaddafi e as eleições de 2012 e de 2014 representam avanços para uma democracia na Líbia, mas ainda há muito a ser feito.

Não obstante, as mudanças já ocorridas na Líbia foram percebidas pela *Freedom House*. A tabela abaixo mostra qual o status de liberdade que a instituição atribuiu à Líbia desde o ano de 2011 (cujo relatório avaliou o ano de 2010, em que a Líbia ainda se encontrava sob o comando de Kaddafi) até o de 2014 (cujo relatório avaliou o ano de 2013, o mais recente relatório até a atualidade).

TABELA 3 – A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA NA LÍBIA

ANO	Direitos políticos	Liberdades civis	Média	Status de liberdade
2011	7,0	7,0	7,0	Não livre
2012	7,0	6,0	6,5	Não livre
2013	4,0	5,0	4,5	Parcialmente livre
2014	4,0	5,0	4,5	Parcialmente livre

Fonte: Elaboração pela autora, com dados dos relatórios da *Freedom House* dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

O relatório de 2011 para o de 2012 teve pouca diferença. A Líbia melhorou em um ponto as suas liberdades civis, uma vez que depois da morte de Kaddafi, já na segunda metade

²² “The media are free, and civil society is emerging. Libyans can criticize their government without fear of reprisal. Yet the old regime and its legacy cast a long shadow. The post-Qadhafi state is weak while local and nonstate actors drive the transition. Armed militias operate with impunity throughout the country; smugglers cross borders unimpeded. Extremist groups, some of them armed, are growing. Separatists agitate in the east and south. Courts and police barely function.” (Texto original).

do ano, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião tiveram uma melhora, o que lhe rendeu essa pontuação um pouco melhor de um ano para o outro.

Mas foi o relatório de 2013 que surpreendeu e destacou as melhoras tanto nos direitos políticos quanto nas liberdades civis. De um ano para o outro, o índice de direitos políticos caiu três pontos, sendo que em 2011 ele figurava como o de um regime completamente fechado e em 2012, de um regime parcialmente livre. Certamente as eleições do CNG e a formação de partidos políticos contribuíram para essa melhora.

Porém, ainda que a *Freedom House* enalteça as conquistas líbias, a organização também ressalta as dificuldades que o país ainda enfrenta:

Outro caso de relativo sucesso na região do MENA [sigla em inglês para Oriente Médio e Norte da África] é a Líbia. Tendo sido considerada uma das piores tiranias do mundo por décadas, o país teve ganhos enormes em 2012, especialmente na categoria de direitos políticos, e agora está classificada como Parcialmente Livre. A Líbia continua sofrendo com a falta de transparência do controle do governo em muitas partes de seu território, um problema que é composto pelas ações de milícias locais autônomas e islamitas radicais. Mas, desafiando as previsões de caos e fracasso, o país teve eleições bem sucedidas para o Congresso Nacional Geral que incluíram candidatos de setores políticos e regionais variados, enquanto a liberdade de expressão e a atividade cívica continuam crescendo (FREEDOM HOUSE, 2013, p. 05).²³

Pelo exposto, percebe-se que a ausência de instituições públicas na época de Kaddafi se reflete até mesmo na atualidade, uma vez que o Estado da Líbia ainda é fraco e ausente. A população líbia se concentrou muito em derrubar o antigo regime, mas encontrou-se despreparada e inexperiente na construção de um novo regime.

Entretanto, a construção de um novo Estado, em especial o de um Estado democrático, tende a ocorrer de forma lenta. A mudança de regime pode ter sido rápida, mas a consolidação da democracia não o é. A Líbia tem feito progressos, mas a falta de uma Constituição e de concordância das instituições públicas contribui para a sensação de insegurança da população, que sente falta de uma autoridade central que os proteja e resolva suas mazelas sociais.

Assim, expostos os eventos ocorridos na Tunísia, no Egito e na Líbia, o capítulo seguinte se preocupa em analisar os fatores internacionais que contribuíram para a difusão da democracia nos três países.

²³ “Another relative success story in the MENA [sigla em inglês para Oriente Médio e Norte da África] region is Libya. Having ranked among the world’s worst tyrannies for decades, the country scored major gains in 2012, especially in the political rights categories, and is now ranked as Partly Free. Libya continues to suffer from a lack of clear government control over many parts of its territory, a problem that is compounded by the actions of autonomous local militias and radical Islamists. But in defiance of forecasts of chaos and failure, the country held successful elections for a General National Congress that included candidates from a range of regional and political backgrounds, while free expression and civic activity continued to grow” (Texto original).

3 OS FATORES INTERNACIONAIS DA DIFUSÃO DA DEMOCRACIA NA PRIMAVERA ÁRABE

Após expor os fatores internacionais que colaboram para a difusão da democracia, no primeiro capítulo, e relatar os acontecimentos da Primavera Árabe (com foco na Tunísia, no Egito e na Líbia), no segundo capítulo, este terceiro e último capítulo tratará dos fatores internacionais que influenciaram a difusão democrática na Primavera Árabe, especificamente nos três países até aqui estudados.

Em todos os três países, observa-se que havia fatores internos que foram determinantes para a eclosão das revoltas. Porém, todas essas revoltas aconteceram em um período de tempo muito próximo, uma seguida da outra, em uma espécie de reação em cadeia – na Tunísia, começou em dezembro de 2010; no Egito, em janeiro de 2011; e na Líbia, em fevereiro de 2011.

O fato de que a revolta se iniciou na Tunísia e se espalhou para a região não pode ser ignorado, há um contágio que transforma um evento isolado em uma série de eventos. Segundo a literatura, alguns dos fatores para esse contágio são os estudados no Capítulo 1: (a) impacto da vizinhança; (b) incentivos externos; (c) prevalência de condições conjunturais; (d) clima político regional; (e) atores e eventos externos.

Então, neste terceiro capítulo, analisa-se quais fatores internacionais influenciaram a democratização nos três países aqui estudados. O objetivo é observar se é possível identificar as variáveis externas do Capítulo 1 contribuindo para a proliferação da democratização em cada um dos países estudados no Capítulo 2. Assim, busca-se testar a veracidade da teoria no caso prático da Primavera Árabe.

3.1 Tunísia: o estopim da Primavera Árabe

A Tunísia, como já mostrado, foi a grande precursora da Primavera Árabe. Porém, pelo que foi exposto até agora, o país teve mais motivações internas do que externas para suas manifestações. A repressão do regime e a crise econômica foram fundamentais para que a população se voltasse contra o governo e forçasse a saída de Ben Ali do poder.

O suicídio de Mohamed Bouazizi foi o gatilho para as revoltas. A notícia dessa tragédia se espalhou rapidamente pela população, que se comoveu com o episódio, embora tenha sido ocultado pela mídia controlada pelo Estado. Logo após o ocorrido, os protestos começaram e se disseminaram pelo país. Howard e Hussain (2011) apontam as redes sociais e

as mensagens de texto (SMS)²⁴ como fatores fundamentais tanto para a propagação da notícia ocultada pela grande mídia quanto para a disseminação dos protestos.

As redes sociais e as SMS são difíceis de controlar. Mesmo que o Estado consiga apagar postagens feitas na internet, até que essa retirada ocorra, essas postagens já foram lidas e compartilhadas por centenas ou milhares de pessoas. E conforme as pessoas iam lendo a respeito da autoimolação de Bouazizi, constatavam que elas mesmas também tinham várias queixas contra o governo (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

As pessoas tomavam consciência disso [de que também não estavam satisfeitas com o governo] ao assistir vídeos do You Tube sobre os abusos do Estado, ao ler as notícias internacionais online sobre a corrupção política, e compartilhavam piadas por SMS sobre seu ditador já idoso. Comunicando-se por meios que o Estado não conseguia controlar, as pessoas também se utilizavam da mídia digital para pensar em planos de ação para seu objetivo comum: a deposição do déspota (HOWARD; HUSSAIN, 2011, p. 36).²⁵

As redes sociais, portanto, foram fundamentais para que o movimento se espalhasse e criasse um sentimento de revolta e ânsia por mudanças. Contudo, há autores que entendem que os agentes externos também colaboraram para que os protestos tomassem as proporções que tomaram. É o caso de Luis Antônio Muniz Bandeira (2013), que defende que as causas do movimento não foram exclusivamente internas, e que os fatores externos tiveram influência no processo de democratização da Tunísia.

Bandeira (2013) argumenta que os atores externos, em especial os Estados Unidos, foram importantes para a proliferação das revoltas, não só na Tunísia, mas de toda a Primavera Árabe, por meio dos incentivos externos.

Embora alguns fatos, como o suicídio do jovem na Tunísia e o fenômeno do contágio pudessem contribuir para as revoltas, eles certamente não avançariam nem atingiriam as grandes proporções que tomaram e dificilmente haveriam triunfado, como na Líbia, sem o encorajamento dos Estados Unidos, que desde 2005 estavam a financiar a oposição na Síria (BANDEIRA, 2013, s.p.).

De fato, os Estados Unidos apoiaram ativamente os revoltosos por meio de ajuda financeira e reafirmaram o seu compromisso com as democracias insurgentes. Em documentos orçamentários oficiais, o país prometeu permanecer “(...) como um parceiro

²⁴ SMS é a abreviação da expressão em inglês *short message service*, mensagens de texto enviadas por sistemas de comunicação móveis.

²⁵ “The realization hit home as people watched YouTube videos about the abusive state, read foreign news coverage of political corruption online, and shared jokes about their aging dictator over SMS. Communicating in ways that the state could not control, people also used digital media to arrive at strategies for action and a collective goal: the deposition of a despot” (Texto original).

comprometido da Tunísia nessa fase crítica de transição para a democracia, trabalhando com o governo tunisiano, setores privados, e sociedade civil na medida em que eles estabelecem as bases do futuro da Tunísia”. (ESTADOS UNIDOS, 2012, s.p.).²⁶

Financeiramente, os Estados Unidos recompensaram a Tunísia pela sua democratização, oferecendo 350 milhões de dólares para a transição democrática do país. Ainda, os EUA pagaram alguns dos débitos da Tunísia para com o Banco Mundial e com o Banco Africano de Desenvolvimento, no valor total de 100 milhões de dólares, alegando que a Tunísia precisava se preocupar mais com os gastos internos para a efetivação da democracia do que com dívidas externas (ESTADOS UNIDOS, 2012). A dívida externa da Tunísia no ano de 2011 somava a quantia de 22 bilhões de dólares. (WORLD BANK, 2014).

A União Europeia também demonstrou seu apoio à transição democrática na Tunísia, tanto em discursos oficiais quanto em ajuda financeira, no total de 240 milhões de euros. Além disso, a União Europeia enviou uma Missão de Observação Eleitoral para auxiliar nas eleições. A organização também criou um programa de fundos, denominado “PRIMAVERA”, cujo objetivo era ajudar na reforma das instituições internas dos países atingidos pela Primavera Árabe. O total de fundos do programa era de 350 milhões de euros em 2011, e desse total, a Tunísia foi o país que mais beneficiado, recebendo 100 milhões de euros para reformar alguns de seus setores internos, como o judiciário e o setor de construção civil (COMISSÃO EUROPEIA, 2011, 2013).

Além de incentivos financeiros, a comunidade internacional se manifestava através de discursos apoiando os protestantes e condenando o autoritarismo de Ben Ali. Todo esse apoio externo teve também impacto interno na Tunísia: estimulava o sentimento de mudança da população, enfraquecia o poder interno de Ben Ali e fortalecia o discurso dos opositores.

Diversas organizações ajudaram a converter essa frustração [com o governo] em um protesto coletivo; a primeira onda em dezembro rapidamente produziu um rearranjo da estrutura, a demissão de um governante, e o renovado compromisso pela criação de empregos em regiões desfavorecidas (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011, p. 45).²⁷

Conforme os autores acima citados, os agentes externos estimulavam as manifestações e a transição democrática, e os agentes internos ganhavam cada vez mais confiança. Ben Ali,

²⁶ “(...) a committed partner for Tunisia in this critical phase of its transition to democracy, working with the Tunisian government, private sector, and civil society as they lay the foundations for Tunisia’s future” (Texto original).

²⁷ “Several organizations helped to convert this frustration into collective protest; the first wave in December quickly produced a cabinet reshuffle, a governor’s sacking, and a renewed commitment to job creation in disadvantaged regions” (Texto original).

então, teve de reorganizar seu governo, afirmando que compreendia as reivindicações e prometendo até mesmo não concorrer nas eleições que viriam a acontecer em alguns anos, após o fim de seu segundo mandato (que não chegou a terminar devido à sua fuga para a Arábia Saudita). Assim, o apoio dado pelos atores internacionais teve reflexos na estrutura interna do país.

No entendimento de Tufte (2013), os meios de comunicação mostraram à população que a comunidade internacional os apoiava, e essas notícias do apoio externo influenciavam as estruturas de poder, sendo capaz de criar novos tipos de mobilização social e dando voz a quem não estava acostumado a ter. Sendo assim, a população se sentia motivada a continuar buscando a deposição de Ben Ali.

Da mesma maneira que países democráticos apoiaram os protestos em prol da democracia, países ditatoriais, como a Líbia de Kaddafi se pronunciou em favor de Ben Ali. Kaddafi chegou a afirmar em rede nacional que não havia melhor opção para a Tunísia do que Ben Ali, e lamentou sua retirada do poder, em 14 de janeiro de 2011 (SPENCER, 2011).

Percebem-se, então, duas variáveis externas de difusão democrática no caso da Tunísia: os incentivos externos e os atores e eventos externos. A primeira se refere às recompensas e sanções dadas pela comunidade internacional aos países conforme eles busquem ou não a democracia. Financeiramente, a Tunísia recebeu muita ajuda internacional, e teve até uma parte de suas dívidas externas pagas pelos Estados Unidos, como já mencionado.

Está configurado, portanto, o fator internacional dos incentivos externos, que foram os benefícios recebidos pela Tunísia para que ela tivesse condições materiais de seguir com o processo de democratização. Os incentivos externos não são só financeiros, como explicam Brinks e Coppedge (2006), eles podem ter naturezas variadas. Além de auxílio econômico, a Tunísia também recebeu ajuda para organizar as eleições e para reformar as suas estruturas internas (poder judiciário independente, setores de construção, imprensa livre, etc.), como já citado, o que configuraria outro incentivo externo recebido pelo país.

Outro fator internacional da difusão democrática visto no caso da Tunísia é o dos agentes e eventos externos, retirados da literatura de Gleditsch e Ward (2006). Esses autores explicam que os atores transnacionais podem modificar a ideia que os atores internos têm de si mesmos, dando poder relativo a esses grupos internos e enfraquecendo a legitimidade do governo autoritário.

Na Tunísia, os jornais de alcance internacional fortaleceram o ideal revolucionário da população, que se sentia motivada pelo apoio internacional a retirar Ben Ali do poder. Da

mesma forma, Ben Ali recebeu apoio de outros regimes autoritários, uma vez que, conforme Gleditsch e Ward (2006), atores transnacionais autoritários tendem a apoiar países autoritários, e atores transnacionais democráticos tendem a apoiar países democráticos. No caso da Tunísia, essa tendência se mostra verdadeira.

Em relação às outras três variáveis estudadas no Capítulo 1, impacto da vizinhança, prevalência de condições conjunturais e clima político regional, estas não possuem um papel tão proeminente na democratização tunisiana ou sequer se verificam. Isto porque as três valorizam a influência regional (em detrimento da global) para a democratização, o que não acontece com a Tunísia, já que a região em que ela se encontra, no norte da África, não há grandes referências democráticas, então não se pode falar em uma influência vinda de países vizinhos.

A literatura de Brinks e Coppedge (2006) argumenta que a diferença democrática entre Estados limítrofes estimula a difusão da democracia, porém, a Tunísia só tem fronteiras terrestres com a Argélia e com a Líbia, que, na época dos eventos, eram considerados países autoritários, conforme índices da *Freedom House*. Sendo assim, a variável externa do impacto da vizinhança não pode ser utilizada como argumento para o seu processo de democratização.

Em relação à variável do clima político regional, Wejnert (2005) defende que indicadores regionais, como o passado colonial, semelhanças políticas, acesso à mídia e redes políticas determinam a tendência democrática ou autoritária de um país. No caso da Tunísia, o acesso à mídia e as redes políticas realmente tiveram um papel importante para a democratização do país.

As redes sociais (como Twitter e Facebook), os jornais internacionais e até mesmo um jornal conhecido do mundo árabe, o Al Jazeera, foram importantes para informar a população do que estava acontecendo, tendo em vista que a mídia interna do país era controlada pelo governo e servia muito mais como um porta-voz de discursos oficiais. Por exemplo, a notícia da autoimolação de Bouazizi se propagou graças à internet, já que a mídia interna ocultou o caso.

Contudo, Wejnert (2005) também trata de indicadores regionais como semelhanças políticas, ou seja, um país buscando ser democrático para se equiparar ao outro. Isto não se verifica na Tunísia, porque, como já discutido, a Tunísia não tinha uma grande referência próxima de democracia, a não ser talvez pela Turquia, mas que não tem tanta afinidade assim com a Tunísia. Os regimes mais próximos do de Ben Ali eram o de Kaddafi e o de Mubarak, que até a época dos acontecimentos na Tunísia ainda se mantinham estáveis no poder.

Então, o clima político regional, fator internacional da difusão democrática, verifica-se parcialmente na revolução tunisiana. A participação das redes sociais e da mídia foi, de fato, fundamental para a propagação do ideal democrático, mas os indicadores regionais de semelhanças históricas e políticas levariam à conclusão equivocada de que a Tunísia tenderia a permanecer autoritária, ao invés de buscar a transição democrática, interpretando-se com base na literatura de Wejnert (2005).

Já a literatura de Mainwaring e Pérez-Liñán (2009) trabalha a variável da prevalência de condições conjunturais, que defende, entre outras ideias, que a ocorrência de transições democráticas próximas influencia na democratização de um país. No entanto, não há nenhuma transição democrática próxima da Tunísia quando do estopim da Primavera Árabe. Justamente, foi a Tunísia a precursora o movimento, ela quem começou a sucessão de democratizações, ao invés de ter sido influenciada por ela.

Um levante espontâneo e secular, liderado por jovens tunisianos usando de redes sociais como o Facebook e o Twitter, revelou uma tentativa da sociedade civil em obter a primeira democracia do mundo árabe. O levante também suscitou um efeito dominó na região, na medida em que manifestantes pró-democracia começaram a confrontar ditadores no Oriente Médio e no norte da África. Na “Primavera Árabe” de 2011, a Tunísia foi o “caso zero”. (SCHRAEDER; REDISSI, 2011, p. 5)²⁸.

Sendo assim, os fatores internacionais de difusão democrática que priorizam os aspectos regionais, como a prevalência de condições conjunturais e o impacto da vizinhança, tiveram uma importância reduzida para a Tunísia, já que seus países vizinhos não representavam exemplos de democracia nos quais a Tunísia pudesse se espelhar. Já o clima político regional teve relevância parcial, uma vez que há indicadores políticos regionais que influenciaram a democratização tunisiana (como o acesso à mídia) e outros, não (como as semelhanças políticas).

Em relação aos incentivos externos e a participação de agentes e eventos externos, estes dois fatores tiveram papéis fundamentais na transição democrática na Tunísia, conforme tudo o que já foi exposto. A Tunísia recebeu diversas recompensas, de naturezas variadas (mas principalmente financeira), para que continuasse no caminho da democratização. Além disso, o apoio dado por agentes externos (em especial, EUA e União Europeia) fez aumentar o

²⁸ “A spontaneous and secular popular uprising, driven by young Tunisians using social media such as Facebook and Twitter, had revealed a civil society intent on securing the Arab world’s first democracy. The uprising also prompted a regionwide domino effect, as prodemocracy demonstrators began to confront dictators across the Middle East and North Africa. In the ‘Arab Spring’ of 2011, Tunisia is ‘case zero’.” (Texto original).

sentimento de mudança da população e fortaleceu o discurso dos opositores, fazendo com que Ben Ali perdesse cada vez mais sua legitimidade no poder.

3.2 Egito: os fatores internacionais da difusão democrática reunidos

Os acontecimentos na Tunísia alertaram o mundo árabe como um todo. Em um encontro da Liga Árabe em janeiro de 2011, logo após a deposição de Ben Ali na Tunísia, o então chefe da Liga Árabe, Amr Moussa, avisou os chefes de Estado presentes no encontro que a revolução tunisiana não estava longe deles. Avisou que os cidadãos árabes, até mesmo de outros países, entraram em um estado de raiva e frustração sem precedentes, de acordo com Moussa (ARAB, 2011).

De fato, os regimes autoritários próximos da Tunísia temeram que o mesmo acontecesse com eles, e logo trataram de tomar medidas para evitar um episódio tal qual o tunisiano. Continuaram autoritários, porém, passaram a ser mais tolerantes com oposições políticas e criaram espaços na política eleitoral para que os movimentos islâmicos pudessem participar (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011).

Não apenas todos os outros regimes na região foram afetados pela derrota de Ben Ali e sua humilhante busca por refúgio – eles já começaram a responder. Pelo mundo árabe, regimes rapidamente tomaram medidas preventivas para mitigar a raiva da juventude marginalizada e resolver o problema do desemprego, que está entre os maiores do mundo (LYNCH; HOUNSHELL; GLASSER, 2011, p. 64).²⁹

Aqui já se pode perceber o impacto da vizinhança enquanto um fator internacional da difusão democrática. Foi justamente o impacto da mudança de um país tão próximo geograficamente que fez Mubarak e outros chefes de Estado reavaliarem algumas de suas medidas, além desse impacto também ter atingido a população, que foi motivada por ele a se manifestar por melhorias econômicas e sociais.

A transição democrática na Tunísia criou um precedente na região. Conforme Brinks e Coppedge (2006), a proximidade geográfica influencia no modo de fazer política dos governantes. Eles buscam assemelhar suas políticas para facilitar as negociações comerciais e a segurança regional, como um modo de proteção.

²⁹ “Not only has every other regime in the region been shaken by Ben Ali’s rout and his humiliating search for refuge—they have already begun to respond. Across the Arab world, regimes quickly took preliminary steps to mitigate the anger of marginalized youth and address unemployment rates that are among the world’s highest” (Texto original).

No Egito, a população logo tomou conhecimento do que havia acontecido com Ben Ali na Tunísia. Com o intuito de reivindicar melhorias também em seu país e protestar contra a repressão policial, os egípcios também foram às ruas, em 25 de janeiro de 2011, como já abordado nesta pesquisa.

O fato de que a população tunisiana havia conseguido depor seu ditador foi uma espécie de estímulo ao povo egípcio, que se sentiu encorajado para tentar o mesmo em seu país. A divulgação da transição democrática na Tunísia fez com que os egípcios tomassem consciência de que sofriam problemas parecidos com os dos tunisianos e que era possível combatê-los, como os tunisianos fizeram. (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Assim, a transição democrática na Tunísia atuou como um evento externo fundamental para que as revoltas se proliferassem, uma vez que mudou o pensamento que o povo egípcio tinha de si mesmo, fazendo o regime de Mubarak perder legitimidade e fortalecendo o ideal democrático, dando um poder relativo a esses grupos internos que clamavam por mudanças. (BARANY, 2011).

O que foi também muito importante para a disseminação da revolta, novamente, foram as redes sociais, instrumento largamente utilizado para marcar os protestos e para propagar informações nem sempre divulgadas pela mídia interna do país, altamente controlada pelo Estado. A mídia impressa não mostrava com detalhes o que havia acontecido na Tunísia. Foi por meio da internet que se espalhou a maior parte das notícias, além de ser responsável pela popularização do grupo “Todos somos Khaled Said” (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Percebe-se, aqui, a variável do clima político regional, com indicadores regionais propostos por Wejnert (2005). A Tunísia havia sido o gatilho para um efeito dominó de revoltas pelos países árabes, e o clima político era instável. O acesso à mídia e as redes políticas que se formaram foram importantes para disseminar as mobilizações sociais, enquanto as semelhanças dos regimes autoritários de Ben Ali e de Mubarak levava a população egípcia a perceber que também vivia sob um regime repressivo e que, se os tunisianos conseguiram derrubá-lo, eles também poderiam conseguir (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Além disso, pode-se verificar a variável da prevalência de condições conjunturais. A literatura de Mainwaring e Pérez-Liñan (2009) defende que a difusão democrática se deve às condições conjunturais, e não às estruturais, uma vez que a conjuntura da região, com suas políticas e dinâmicas específicas, atinge diretamente os países dessa mesma região, enquanto que os padrões sistêmicos e generalizados não os afetam da mesma maneira. No entendimento

desses autores, uma interpretação baseada em padrões sistêmicos ignora as especificidades de cada região e pode levar ao erro, portanto.

No Egito, a conjuntura regional foi decisiva para os protestos também se disseminarem pelo país. Ainda que tenha havido um gatilho interno, que foi o violento assassinato de Khaled Said, outras repressões por parte da polícia egípcia já haviam ocorrido e não tiveram o mesmo efeito na população (KANDIL, 2011). Então, a repressão policial pode ter sido o gatilho interno, mas a transição tunisiana foi o gatilho externo que desencadeou as diversas manifestações internas.

A queda de Ben Ali na Tunísia somente alguns dias antes do protesto organizado pelo grupo “Todos somos Khaled Said”, marcado para dia 25 de janeiro de 2011, fez com que o grupo reunisse mais pessoas na manifestação na Praça de Tahrir. No evento criado no Facebook, houve cerca de 7 mil confirmações de presença. No entanto, como essas confirmações de presença costumam ser exageradas, os criadores do evento esperavam algo em torno de 5 mil pessoas. Porém, encorajadas pela Tunísia, as pessoas compareceram em peso na manifestação, em um número bem maior do que o esperado ou do que havia sido confirmado pela internet: cerca de 20 mil pessoas foram à Praça de Tahrir (KANDIL, 2011).

Quando os protestos egípcios se expandiram, a comunidade internacional já estava mais preparada do que no caso da Tunísia, em que foi praticamente surpreendida. Organizações como a Liga Árabe, a União Africana e as Nações Unidas buscaram um discurso mais imparcial, pedindo somente por respeito aos direitos humanos e aconselhando o governo a ouvir as demandas sociais (EGITO, 2013).

Já a União Europeia (COMISSÃO EUROPEIA, 2013, p. 6) foi mais incisiva em sua posição: “Desde que os primeiros protestos eclodiram na Praça de Tahrir, (...), a UE vem dando apoio consistente ao movimento pela democracia e pelos direitos humanos no Egito, clamando por uma transição pacífica e inclusiva”.³⁰ Nesse posicionamento, a União Europeia já aborda a transição democrática, expressando seu apoio aos protestos pró-democracia.

A União Europeia enviou ajuda financeira para a transição democrática, no total de 449 milhões de euros, somente no período de 2011 a 2013. Além disso, como forma de assistência do programa PRIMAVERA, outros 90 milhões de euros foram enviados, de um total de 350 milhões de euros do programa, para auxiliar reformas socioeconômicas no país. Assim como fez em relação a Tunísia, a União Europeia também auxiliou as eleições, para que estas fossem justas e limpas, evitando fraudes. (COMISSÃO EUROPEIA, 2013).

³⁰ “Since the first protests erupted in Tahrir square (...), the EU has consistently supported the movement for democracy and human rights in Egypt, calling for a peaceful and inclusive transition” (Texto original).

Depois que Mohamed Morsi, presidente democraticamente eleito no Egito, foi derrubado por um golpe militar, a União Europeia pediu por um retorno rápido à democracia, incluindo novas eleições e a elaboração de uma Constituição para completar a transição democrática, afirmando seu temor de que o Egito volte a se tornar autoritário, só que com um ditador diferente (INTERNATIONAL, 2013).

Os Estados Unidos, por sua vez, concediam cerca de 1,5 bilhão de dólares em assistência militar ao Egito desde os anos 1980, devido à estratégia geopolítica do país, conforme Bandeira (2013) e Cornwell (2012). O Egito é um aliado importante dos EUA na região, e Hosni Mubarak não era um ditador que desagradava aos Estados Unidos porque tinha políticas pró-Occidente, então o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, viu-se em uma situação complicada: apoiar a democracia, cheia de incertezas sobre o futuro, ou apoiar uma ditadura já existente e que é pró-Occidente? (VASCONCELOS, 2012).

Conforme Vasconcelos (2012), Obama preferiu apoiar os movimentos pró-democracia. No entanto, sofreu graves críticas do Partido Republicano por isso, já que eles preferiam um regime autoritário estável e que os apoiasse, ao invés de uma democracia cuja política não se tinha como saber qual seria, se pró-Occidente ou anti-Estados Unidos.

Mesmo com as críticas internas e a incerteza da parceria com o governo posterior a Mubarak, Obama apoiou os opositores, pela primeira vez retirando o apoio estratégico dos EUA ao governo de Mubarak. O auxílio financeiro em assistência militar que os EUA enviavam ao país desde 1980 trocou de lado, e passou a ser direcionada aos opositores. Além disso, a ajuda financeira aumentou: de 1,5 bilhões de dólares em 2011, a quantia foi para 1,8 bilhões em 2012, aumentando 250 milhões de reais como auxílio econômico, mais outros 60 milhões de dólares como fundos para empreendimentos (CORNWELL, 2012; BANDEIRA, 2013; PLUMER, 2013).

Após a queda em 2013 do presidente eleito, Mohamed Morsi, os EUA cortaram seus apoios financeiros. Oficialmente, eles não apoiaram o governo que tomou o poder de Morsi, porém, também não consideraram que tenha sido um golpe de Estado, manifestando apenas uma preocupação em relação a esta intervenção militar e ao respeito aos direitos humanos (BANDEIRA, 2013).

No Egito, encontraram-se presentes todos os cinco fatores internacionais de democratização analisados no Capítulo 1: incentivos externos, agentes e eventos externos, clima político regional, prevalência de condições conjunturais e impacto da vizinhança. É mais fácil se encontrar fatores internacionais para a difusão democrática no Egito do que na Tunísia, por causa da questão da regionalidade.

Quando a Tunísia iniciou a Primavera Árabe, ela não tomou nenhum país como exemplo. Em compensação, no entendimento de Howard e Hussain (2011) e de Lynch, Hounshell e Glasser (2011), tanto o Egito quanto outros países da região puderam se espelhar na Tunísia para fazerem suas próprias transições democráticas.

3.3 Líbia: a relevância principal dos atores e eventos externos

Os protestos na Líbia se iniciaram em fevereiro, um mês depois do Egito e dois meses depois da Tunísia. A proximidade não é somente temporal, mas geográfica também: Egito e Tunísia são dois de seus vizinhos limítrofes. A literatura de Brinks e Coppedge (2006) defende que quanto maior a diferença democrática entre Estados limítrofes, maior é o efeito da difusão democrática, conforme explicado no Capítulo 1.

Aplicando esta hipótese teórica ao caso líbio, tanto a Tunísia quanto o Egito ainda passavam por instabilidades políticas sérias quando da eclosão dos protestos na Líbia. Ambos haviam acabado de derrubar seus ditadores, e em ambos a população festejava a liberdade recém-conquistada.

A diferença democrática da Líbia para com os seus vizinhos foi percebida pela população, que também sofria com mazelas sociais – o governo enriquecia com o petróleo, mas o povo não se aproveitava dessa riqueza natural do país. A corrupção e os problemas econômicos enfrentados por tunisianos e egípcios também eram problemas dos líbios.

Assim, propaga-se pela população a ideia de que se esses povos conseguiram, eles também poderiam conseguir, sendo que a disseminação dessa ideia se deve, novamente, às mídias digitais e redes sociais. (HOWARD; HUSSAIN, 2011). A comunicação digital tornou-se uma ferramenta para desafiar o autoritarismo, por ser difícil controlar tudo o que é postado na rede social e o que fica armazenado nos computadores pessoais (PLATTNER, 2012).

O norte da África passava por um período de mudanças, de transições democráticas. Essa conjuntura impactou a Líbia devido à proximidade política e geográfica com os países envolvidos. A população se sentia motivada a requerer mais liberdades, como os povos vizinhos já faziam. Nota-se que a Líbia possuía tanto essas condições conjunturais quanto as condições estruturais (recursos naturais e ascensão econômica devido ao petróleo) propostas por Mainwaring e Pérez-Liñan (2009) para que ocorresse o processo de democratização.

Entretanto, as condições estruturais já se encontravam presentes na Líbia há décadas, tendo em vista que as grandes reservas de petróleo foram descobertas em 1959. Então, o fator preponderante para a proliferação das manifestações foram as condições conjunturais. O fato

de países próximos estarem protestando contra a repressão tem maior peso, portanto, que as condições econômicas internas, que não variaram muito com o passar do tempo.

Encontram-se presentes, então, as variáveis externas do impacto da vizinhança e da prevalência de condições conjunturais, ambos fundamentais para a difusão democrática. Além deles, é possível verificar também o clima político regional e seus indicadores, encontrados na literatura de Wejnert (2005): os meios de comunicação, as redes políticas, as semelhanças históricas e políticas e a proximidade geográfica.

Os meios de comunicação, como já mencionado, foram fundamentais para a proliferação das revoltas, tanto internamente na Líbia quanto externamente, pela região do norte da África e Oriente Médio. Esses meios de comunicação acabaram por criar redes políticas, que passaram a se organizar melhor, marcar reuniões e eventos. Os manifestantes criaram o Conselho Nacional de Transição (CNT), que seria uma oposição melhor estruturada e com a função de coordenar uma luta formal contra o governo.

Essa guerra formal e a necessidade de uma melhor organização da oposição surgiram em decorrência da repressão dura do governo contra as manifestações, o que não ocorreu com o Egito ou com a Tunísia. Na Tunísia, o exército apoiou as revoltas. No Egito, o exército ficou por pouco tempo ao lado do governo, logo se voltando em favor da população. Já na Tunísia, as forças armadas de Kaddafi reagiram contra o povo e contra as revoltas.

Segundo Barany (2011), a decisão do exército de apoiar o governo ou as manifestações geralmente está baseada em fatores tais como a possibilidade de intervenção externa (se o conflito continuar) e o tipo de educação e de treinamento recebido pelos oficiais das forças armadas.

Claramente, a decisão do general de apoiar ou reprimir um levante será afetada pelos seus cálculos sobre se a intervenção por forças estrangeiras será para salvar o regime ou apoiar os rebeldes. Ondas de fervor revolucionário vindas do estrangeiro podem afetar não somente os manifestantes, mas também aqueles que irão enfrentá-los. E os oficiais que tiveram treinamentos ou educação no exterior provavelmente enxergarão uma potencial invasão estrangeira diferentemente de daqueles que não tiveram a mesma experiência (BARANY, 2011, p. 25).³¹

As forças armadas apoiaram Kaddafi e a repressão contra a população foi acusada de ser excessivamente violenta, pela comunidade internacional. Em março de 2011, foi aprovada

³¹ “Clearly, the generals’ decision to support or suppress an uprising will be affected by their calculations about whether foreign powers might intervene to save the regime or back the rebels. Waves of revolutionary fervor rolling in from abroad may affect not only the protesters but also those who are supposed to face them down. And officers who have participated in training or schooling abroad will probably view a potential invasion from overseas differently than those who have not had such exposure” (Texto original).

pelo Conselho de Segurança da ONU a Resolução 1973, que autorizava a intervenção militar externa em território líbio. (FRANKE, 2011).

A intervenção externa, por si só, já é um fator internacional da difusão democrática: o dos agentes e eventos externos. No entanto, pode-se questionar se a intervenção funciona como um evento externo positivo ou não, afinal, qual a legitimidade de um governo que subiu ao poder por causa da intervenção de outros países? Não surpreendentemente, a Líbia vive hoje o problema da legitimidade da classe governante, em que o poder judiciário não reconhece o poder legislativo, mesmo este tendo sido eleito pelo voto popular (AFP, 2014).

A comunidade internacional reagiu tanto às manifestações em favor da democracia quanto em relação à intervenção externa. O Brasil, por exemplo, alegou estar apreensivo com a situação pela qual passa o povo líbio e repudiou todo ato de violência ocorrido. Como é de seu costume, o Brasil pediu o diálogo político como forma de se resolver o conflito. Na votação do Conselho de Segurança sobre a intervenção externa, o Brasil se absteve (BRASIL, 2011).

A Liga Árabe também se mostrou preocupada quanto à repressão excessiva contra o povo líbio, e Amr Moussa, líder da Liga Árabe, pediu pelo imediato fim da violência. Quando a intervenção externa foi aprovada, Moussa não se mostrou muito favorável no início, opinando que a intervenção iria fazer mais vítimas do que salvá-las (MACINTURE, 2011). Porém, ele voltou atrás e confirmou seu apoio à intervenção, afirmando que a Liga Árabe não se opõe à resolução da ONU e reafirmando que a preocupação maior da Liga Árabe é com os civis que estão sendo reprimidos e mortos (SALEH, 2011).

A União Europeia disponibilizou para a oposição líbia 39 milhões de euros em 2011 para projetos de administração pública e investimentos em saúde e educação. No mesmo ano, ela ofereceu também 80,5 milhões de euros para assistência humanitária. No período de 2012-2013, a União Europeia disponibilizou mais 68 milhões de euros, destinados a setores de segurança, desenvolvimento econômico, educação, entre outros setores que dariam a base de um novo Estado. (COMISSÃO EUROPEIA, 2013).

A União Europeia e os Estados Unidos agiram juntos na transição democrática da Líbia. Segundo dados oficiais do governo norte-americano (ESTADOS UNIDOS, 2014), o país já enviou mais de 240 milhões de dólares de assistência à Líbia, sendo que grande parte dessa quantia era destinada à assistência humanitária e à segurança nacional.

Não há muitos dados de outros incentivos externos que a Líbia tenha recebido. Mesmo os auxílios financeiros enviados por EUA e União Europeia, juntos, não somam 1% do PIB da Líbia em 2011, que foi de 74,76 bilhões de dólares (TRADING ECONOMICS, 2014). Os

discursos oficiais, tanto dos Estados Unidos (2014) quanto da União Europeia, através da Comissão Europeia (2013), concentram-se mais em tratar dos benefícios da intervenção militar para a transição no país. Os discursos também se manifestam sempre em favor da democracia e reafirmando seu compromisso com a Líbia na construção de um novo Estado.

Os Estados Unidos continuam trabalhando com a sociedade civil, governo e a mídia para assegurar que o processo de elaboração de uma Constituição contemple todas as necessidades dos cidadãos líbios através de processos que garantirão amplo apoio público (ESTADOS UNIDOS, 2014, s.p.).³²

Pelo que foi exposto até agora, pode-se perceber que, ainda que todos os fatores internacionais da difusão democrática encontrem-se presentes no caso líbio, alguns foram mais importantes do que outros. Dessa vez, os incentivos financeiros não tiveram um grande destaque, e sim, os agentes e eventos externos. Foi através da força estrangeira que a Líbia retirou Kaddafi do poder após 42 anos, o que faz com que a intervenção tenha sido talvez o principal fator para essa transição específica.

Mas cabe ressaltar o papel dos fatores internacionais de cunho regional também, como o impacto da vizinhança, a prevalência de condições conjunturais e o clima político regional, todos facilmente verificáveis na transição democrática líbia. Isso mostra que a Tunísia, como precursora da Primavera Árabe, alterou a conjuntura política da região e desde então novos processos de democratização foram surgindo, em uma reação em cadeia.

Todos os três países (Tunísia, Egito e Líbia) viviam situações internas econômicas e sociais difíceis, o que nos permite depreender que os fatores internos foram de fundamental importância para a eclosão dos protestos. Porém, nesta pesquisa, verificou-se que os fatores internacionais também foram parcialmente responsáveis pela disseminação dos protestos, com um impacto significativo. Enquanto os fatores internos criaram um clima de descontentamento com o governo e deram as condições para as reivindicações, os fatores internacionais contribuíram mais na propagação da Primavera Árabe e na difusão democrática pelo mundo árabe.

³² “The United States continues to work with civil society, government, and the media to ensure the constitution drafting process reflects the needs of all Libyan citizens through processes that will ensure broad public support” (Texto original).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha como objetivo identificar os fatores internacionais na propagação da Primavera Árabe, analisando os casos da Tunísia, Egito e Líbia. Para atingir esse objetivo, estruturou-se a pesquisa em três partes. A primeira ilustrou os conceitos de democracia e de processo de democratização em que a pesquisa se baseia, além de expor os fatores internacionais da difusão democrática.

A segunda parte da pesquisa relatou os acontecimentos da Primavera Árabe, mais precisamente na Tunísia, no Egito e na Líbia, desde o início das manifestações até o momento presente. Já a terceira parte buscou unir os dois primeiros capítulos, tentando identificar os fatores internacionais (explicados no primeiro capítulo) no caso concreto da Primavera Árabe (exposto no segundo capítulo).

Assim, conclui-se que houve interferência de fatores externos nos processos de democratização ocorridos na Tunísia, no Egito e na Líbia, em graus diferentes conforme o país. Na Tunísia, houve menos interferência que no Egito e na Líbia. Isso pode ser explicado pelo fato de que a Tunísia foi o “caso zero” da Primavera Árabe – ela foi justamente o país que motivou todos os outros.

A Tunísia não teve uma referência regional próxima de transição democrática, assim, os fatores internacionais de cunho regional (clima político regional, impacto da vizinhança e prevalência de condições conjunturais) não colaboraram para com o processo de democratização da mesma forma que os outros dois (incentivos externos e atores e eventos externos).

Ressalva-se somente uma importância parcial do clima político regional, uma vez que houve alguns indicadores políticos regionais que interferiram na democratização do país, como o acesso à mídia e as redes políticas. Porém, outros indicadores, como as semelhanças históricas e políticas, não tiveram essa relevância. Então, é possível verificar um papel parcial da variável “clima político regional” enquanto um fator internacional da difusão democrática na Tunísia.

Já os incentivos externos e os agentes externos foram fundamentais. A reação positiva vinda da comunidade internacional e as recompensas propostas por ela motivaram a Tunísia a continuar com seu processo de democratização. Percebe-se também que a Tunísia recebeu muito mais apoio no pós-movimento do que nas fases iniciais, isto porque a comunidade internacional levou certo tempo para decidir como reagir às revoltas no país. Dessa forma, as

recompensas e os discursos de apoio se concentraram mais na fase posterior à renúncia de Ben Ali.

Entretanto, em relação ao Egito, a comunidade internacional já estava mais preparada. Os incentivos externos começaram antes mesmo da queda de Mubarak. Os discursos e os apelos por paz e diálogo já eram em maior número. Além disso, o mundo árabe já estava em estado de alerta, já se sabia que havia o risco de revoltas, depois do que acontecera na Tunísia (ARAB, 2011).

Então, os países não demoraram a reagir às revoltas no Egito. O país recebeu considerável ajuda financeira, principalmente dos EUA e da União Europeia. Internamente, a população logo tomou conhecimento dos acontecimentos na Tunísia, e se sentiu inspirada a tentar o mesmo contra o seu próprio ditador. A transição democrática na Tunísia teve reflexos nos ideais da população egípcia, que passou a se organizar contra a opressão do regime de Mubarak, em especial por meio das redes sociais (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

A conjuntura regional que se alterava rapidamente e a reação internacional cada vez mais favorável fortaleceram a oposição egípcia. Os incentivos e os agentes externos (principalmente os EUA e a União Europeia) estimulavam a população, enquanto o impacto dos eventos na Tunísia, como a renúncia de Ben Ali e a transição democrática, deixavam os egípcios otimistas quanto ao que eles mesmos podiam conseguir contra o seu próprio ditador (HOWARD; HUSSAIN, 2011).

Assim, no Egito, houve a participação dos cinco fatores internacionais estudados por esta pesquisa. Ao contrário da Tunísia, houve uma interferência significativa dos fatores internacionais de cunho regional (clima político regional, prevalência das condições conjunturais e impacto da vizinhança) no processo de democratização do Egito. Isto porque já havia um precedente na região, que era a Tunísia. O Egito já tinha um país de exemplo para seguir.

A Tunísia motivou o Egito, e também motivou a Líbia. Quando o povo líbio começou a se movimentar contra seu ditador há 42 anos, Muammar al-Kaddafi, tanto a Tunísia quanto o Egito já haviam conseguido depor seus respectivos ditadores. Contudo, diferentemente do que acontecera nesses dois países, na Líbia houve uma forte repressão das forças armadas, que apoiaram Kaddafi.

A comunidade internacional tomou atitudes mais incisivas e mais severas em relação a Líbia. Ao invés de se pronunciar somente por meio de incentivos e discursos de apoio, os países tomaram a decisão de intervir na Líbia, por meio da Resolução 1973, aprovada pelo

Conselho de Segurança da ONU. A intervenção foi comandada inicialmente pelos EUA, mas depois foi conduzida pela OTAN (FRANKE, 2011).

Assim, o processo de democratização da Líbia teve como seu principal fator a intervenção militar externa. Por consequência, a variável externa de “atores e eventos externos” tornou-se a de maior relevância para a transição democrática na Líbia, ainda que seja possível verificar as outras quatro também, em menor grau.

As variáveis de cunho regional também estão presentes, uma vez que a Líbia foi impactada pelos eventos ocorridos na região, pelas transições democráticas ocorrendo em suas fronteiras. A população tomava conhecimento desses fatos através das redes sociais, e, com isso, passou a formar redes políticas e se organizar contra seu ditador. A oposição líbia se organizou para formar o Conselho Nacional de Transição (CNT), cuja função principal era a de coordenar a luta formal contra Kaddafi. Logo, o CNT passou a ser reconhecido como o governo legítimo da Líbia por vários países democráticos (ONU BRASIL, 2011).

Ao final dessas três análises, entende-se que é possível aplicar a literatura da difusão democrática ao caso da Primavera Árabe, uma hipótese bastante controversa ainda, tendo em vista que os acontecimentos são todos muito recentes. Os fatores internacionais podem ser encontrados nos processos de democratização da Tunísia, do Egito e da Líbia, variando a relevância de cada um deles para cada país.

Sabe-se da importância dos fatores internos para a eclosão das revoltas. Os fatores internos, como a repressão e as mazelas sociais, foram as bases das reivindicações das populações. Porém, esta pesquisa tinha como um de seus propósitos analisar a Primavera Árabe sob outro ângulo, o dos fatores externos. Questionava-se o papel desses fatores na propagação da democracia na Primavera Árabe.

Sendo assim, conclui-se que eles foram fundamentais para que uma manifestação influenciasse a outra. Ainda que as questões internas tenham sido a motivação da revolta do povo contra seu governo, foram os fatores externos que propulsaram as revoltas no tempo em que elas aconteceram, uma seguida da outra, como em uma reação em cadeia de democratizações.

Os fatores internacionais são pouco trabalhados na literatura da democratização, e esta foi uma das justificativas da presente pesquisa. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência desses fatores para os acontecimentos na Tunísia, no Egito e na Líbia, para testar a veracidade da aplicação da literatura da difusão democrática ao caso da Primavera Árabe.

Não se pode prever com segurança quais os desdobramentos futuros da Primavera Árabe, se todos os processos de democratização resultarão em democracias de fato ou se

haverá uma nova ditadura – ainda que diferente da antecessora, como no caso do Egito. É controverso definir o que é o fim de um processo de democratização ou quando ele é concluído. Não se chegou a um consenso, mas há aqueles que dizem que a Primavera Árabe ainda se encontra inacabada no presente momento (GANDOUR, 2011).

De fato, o processo de democratização é complexo e lento, porque envolve a mudança de instituições e estruturas consolidadas há décadas – o momento atual do Egito reflete isso, mesmo após a deposição de Mubarak e de eleições democráticas, o Egito não conseguiu encontrar um grupo ou um líder que detivesse a legitimidade necessária para governar.

Além disso, a democracia encontra barreiras até naqueles que eram contra as antigas ditaduras. Afinal, as oposições aos governos autoritários de Ben Ali, Mubarak e Kaddafi nem sempre se mostravam democráticas, como era o caso dos Salafistas Jihadistas na Tunísia ou da Irmandade Muçulmana no Egito.

Conforme Costa (2011), não houve um partido principal ou a figura de um líder na Primavera Árabe. As manifestações começaram pelo povo, de baixo para cima. Assim, qualquer grupo ou líder eleito teria dificuldades para conseguir representar a população e se legitimar no poder, além de contar em seu desfavor a inexperiência como classe governante.

Então, pode-se afirmar a Primavera Árabe como um conjunto de processos de democratizações que ainda não acabaram e que não se sabe ao certo quando e como acabarão. O processo é longo e altamente complicado, já que não é possível abandonar instituições vigentes há décadas sem que haja reflexos disso na população, que pode concordar com as mudanças mais facilmente (como no caso da Tunísia), ou pode discordar inteiramente delas e recomeçar do zero (como no caso do Egito). A crise da legitimidade pode ser vista também na Líbia, em que o Poder Judiciário não reconhece o Poder Legislativo e determinou por via de sentença que este parasse suas atividades, o que não ocorreu.

Assim, mesmo que a Primavera Árabe não esteja concluída, já é possível depreender que a democracia já não é mais estranha ao mundo árabe, ainda que bastante inexperiente, uma vez que as estruturas democráticas dos países não estão consolidadas e ainda há dificuldades quanto à legitimidade da classe governante em países como Egito e Líbia.

Os fatores internacionais serviram como propulsores dessa mudança, estimulando a luta da população contra as repressões e em prol de mais liberdades. Os fatores externos, então, foram o estopim da disseminação da democracia. Os fatores internos criaram a insatisfação popular e as condições internas para as revoltas, enquanto que os fatores internacionais fizeram com que tais revoltas eclodissem e criassem uma reação em cadeia pela região, propagando-se pelo norte da África e pelo Oriente Médio.

REFERÊNCIAS

ALI, F.; ROBBINS, M. Searching for Stability: The Arab Barometer Surveys a Divided Libya. **Arab Reform Initiative**, [S.l.], p. 1-13, set. 2014. Disponível em: <http://www.arab-reform.net/sites/default/files/Libya_Searching-for-Stability_AB_VF.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

AMNESTY INTERNATIONAL UNITED KINGDOM. **Egypt: President Morsi changes to the constitution trample rule of law**. 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.amnesty.org.uk/press-releases/egypt-president-morsi-changes-constitution-trample-rule-law>>. Acesso em: 22 out. 2014.

ARAB leaders warned of ‘revolution’: Arab League chief warns regional leaders that recent political upheaval is linked to deteriorating economic conditions. **Al Jazeera**, [S.l.], 19 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/01/2011119165427303423.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

ASSOCIATED PRESS. Após a Primavera, Tunísia aprova a mais moderna Constituição árabe. **Folha de São Paulo**. Túnis, 26 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1403269-apos-a-primavera-tunisia-aprova-a-mais-moderna-constituicao-arabe.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BANDEIRA, L. A. M. Primavera Árabe não avançaria sem o encorajamento dos Estados Unidos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 dez. 2013. Entrevista concedida a Anderson Gonçalves. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1429708&tit=Primavera-rabe-nao-avancaria-sem-o-encorajamento-dos-Estados-Unidos>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BARANY, Z. The Role of the Military. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 22, n. 4, p. 24-35, 2011.

BBC. **Libya profile**. 14 out. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13754897>>. Acesso em: 19 out. 2014.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. 6. Ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BOBBIO, N. **Qual democracia?** Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2010.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BODUSZYSKI, M. P.; PICKARD, D. Libya Starts from Scratch. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 86-96, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota nº 66 – Situação na Líbia**. 18 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/situacao-na-libia>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

BRINKS, D.; COPPEDGE, M.. Diffusion Is No Illusion: Neighbor Emulation in the Third Wave of Democracy. **Comparative Political Studies**. New York, p. 463-489. maio 2006. Disponível em: <<http://cps.sagepub.com/content/39/4/463.abstract>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BROWN, N. J. Egypt's Failed Transition. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 45-58, 2013.

BROWNLEE, J.; MASOUD, T.; REYNOLDS, A. Why the Modest Harvest? **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 29-44, 2013.

CARVALHO PINTO, V. La ola de movimientos pro democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico'. In: BALLESTÉ, E.; FÉREZ, M. (Org.). **Medio Oriente y Norte de Africa: Reforma, Revolución o continuidad?** Ciudad de Mexico: Senado de la Republica Mexicana, 2011, p. 01-16.

CASAS, P.; FURTADO, H. A intervenção militar e seus desdobramentos na Líbia. **PUC Minas Gerais**, [Belo Horizonte], p. 1-5, 29 out. 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20111207105210.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

COMISSÃO EUROPEIA. **EU's response to the Arab Spring: the SPRING Programme**. Bruxelas, 27 set. 2011. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-636_en.htm>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. **EU's response to the Arab Spring: The State-of-Play after Two Years**. Bruxelas, 08 fev. 2013. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/135292.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

CORNWELL, S. Obama proposes \$800 million in aid for "Arab Spring". **Reuters**, Washington, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/02/13/us-usa-budget-foreign-idUSTRE81C1C920120213>>. Acesso em: 12 out. 2014.

COSTA, R. Mais uma primavera histórica: os árabes plantam flores nos desertos. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 15-25, 2011.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. Trad. Celso Mauro Paciomick. São Paulo: Editora USP, 1971-2005.

DIAMOND, L. Why Are There No Arab Democracies? **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 21, n. 1, 2010.

EGITO. Serviço de Informação do Estado. **International reactions over Egypt's revolution**. 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sis.gov.eg/En/Templates/Articles/tmpArticles.aspx?ArtID=68823#.VGQNDfnF8jY>>. Acesso em: 28 out. 2014.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. **U.S. Government Assistance to Libya**. 15 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/d/met/releases/198354.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

_____. Departamento de Estado. **U.S. Government Assistance to Tunisia**. 14 dez. 2012. Disponível em: <www.state.gov/s/d/met/releases/198355.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

FILALI-ANSARY, A. The Languages of the Arab Revolutions. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 05-18, 2012.

FRADKIN, H. Arab Democracy or Islamist Revolution? **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 05-13, 2013.

FRANKE, F. S. Otan na Líbia: objetivos se confundem, intervenção se alonga. **Terra**, [São Paulo], 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/otan-na-libia-objetivos-se-confundem-intervencao-se-alonga,f47a4af60c6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em 22 set. 2014.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World Report 2011**. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/EFA28E3670B830004925781E000EA6EA-Full_Report.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

_____. **Freedom in the World Report 2012**. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/inline_images/FIW%202012%20Booklet--Final.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Freedom in the World Report 2013**. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/FIW%202013%20Booklet.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Freedom in the World Report 2014**. Disponível em: <<http://freedomhouse.org/sites/default/files/FIW2014%20Booklet.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2014.

GANDOUR, Ricardo (São Paulo). Grupo Estado (Ed.). Um ano de Primavera Árabe, a primavera inacabada. **O Estadão**. São Paulo, dez. 2011. Disponível em: <<http://temas.estadao.com.br/primavera-arabe>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

GIANNONE, D. Where knowledge and power meet: the measurement of democracy as a scientific and political issue. In: INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2012, Madri. **22nd World Congress of Political Science**. Madri: IPSA, 2012, p. 01-21. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_15740.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

GLEDITSCH, K.; WARD, M.. Diffusion and the International Context of Democratization. **International Organization**. Cambridge, p. 911-933. out. 2006. Disponível em: <http://dingo.sbs.arizona.edu/~ggoertz/pol596ist/gleditsch_ward2006.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

HELD, D. **Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HUNTINGTON, S. P. Democracy's Third Wave. In: DIAMOND, L.; PLATTNER, M. (Orgs.). **The Global Resurgence of Democracy**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1996, p. 03-25.

_____. **O Choque de Civilizações**. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

HOWARD, P. N.; HUSSAIN, M.M. The Role of Digital Media. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 35-48, 2011.

INTERNATIONAL reactions to Morsi's removal: world leaders weigh in after Egypt's army commander announces that president had been removed. **Al Jazeera**, [S.l.], 4 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2013/07/201373223029610370.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

KANDIL, H. A revolta no Egito. **Novos Estudos**, [S.l.], n. 91, pp. 155-193, 2011. Trad. Alexandre Morales. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300009>>. Acesso em: 21 set. 2014.

LYNCH, M.; HOUNSHELL, B.; GLASSER, S. B. (Eds.). **Revolution in the Arab World: Tunisia, Egypt, and the Unmaking of an Era**. Washington: Foreign Policy Magazine, 2011.

MACINTYRE, D. Arab support wavers as second night of bombing begins. **The Independent**, Trípoli, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/africa/arab-support-wavers-as-second-night-of-bombing-begins-2247752.html>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑAN, A. International Factors and Regime Change in Latin America, 1945-2005. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2009, Toronto. **105th Annual Meeting**. New York: Social Science Electronic Publishing, 2009. p. 01 - 36. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1449044>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MAINWARING, S. Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: theoretical and comparative issues. In: MAINWARING, S.; O'DONNELL, G.; VALENZUELA, J. S. (Eds.). **Issues in Democratic Consolidation: The New South American Democracies in Comparative Perspective**. Notre Dame: The Notre Dame University Press, 1992.

NOGUEIRA, C. M. O. S.. The influence of international factors in the process of democratization. **Brazilian Political Science Review**, v. 3, n. 2, p. 172-179, 2009. Disponível em: <<http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/23/16>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transições do Regime Autoritário: primeiras conclusões**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1988.

ONU BRASIL. **Líderes mundiais se reúnem na ONU e prometem apoio ao Conselho Nacional de Transição na Líbia**. 2011. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/lideres-mundiais-se-reunem-na-onu-e-prometem-apoio-ao-conselho-nacional-de-transicao-na-libia/>>. Acesso em: 17 out. 2014.

PLATTNER, M. F. Media and Democracy: The Long View. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 23, n. 4, p. 62-73, 2012.

PLUMER, B. The U.S. gives Egypt \$1,5 billion a year in aid. **The Washington Post**. [Washington], 9 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/wonkblog/wp/2013/07/09/the-u-s-gives-egypt-1-5-billion-a-year-in-aid-heres-what-it-does/>> Acesso em: 15 nov. 2014.

PRZEWORSKI, A. et al. **Economic development and political regimes: democracy and development – political institutional and Well-Being in the world, 1950-1990?** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Political Regimes and Economic Growth. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 7, n. 3, p. 51-69, 1993. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2138442?uid=2&uid=4&sid=21104645748087>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

RÉMY, J. P. Líbia se vê à beira do caos três anos após queda de Gaddafi. **Le Monde**. Johannesburgo, 29 jul. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2014/07/29/libia-se-ve-a-beira-do-caos-tres-anos-apos-queda-de-gaddafi.htm>>. Acesso em: 17 out. 2014.

ROY, O. The Transformation of the Arab World. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 163-178, 2012.

RUDD, K. Keep the faith with the Arab spring. **The Australian**, [Sydney], 20 maio 2011. Disponível em: <<http://www.theaustralian.com.au/national-affairs/commentary/keep-the-faith-with-the-arab-spring/story-e6frgd0x-1226059172816>>. Acesso em: 18 out. 2014.

RUSTOW, D. Transitions to Democracy: toward a dynamic model. **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, p. 337-363, abr. 1970. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/421307?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SADIKI, L. Libya: freedom is in the air. **Al Jazeera**, [S.l.], 22 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/08/2011822114456391311.html>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SALEH, Y. Arab League chief says He respects U.N. resolution. **Reuters**, Cairo, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/03/21/us-libya-arabs-moussa-idUSTRE72K1JB20110321>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

SCHRAEDER, P. J.; REDISSI, H. Ben Ali's Fall. **Journal of Democracy**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 05-19, 2011.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SPENCER, R. Gaddafi: bring back Ben Ali, there's none better. **The Telegraph**. [S.l.], 16 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/tunisia/8262859/Gaddafi-bring-back-Ben-Ali-theres-none-better.html>>. Acesso em: 27 out. 2014.

TRADING ECONOMICS. **Líbia – PIB – 2014**. Nova York, 2014. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/libya/gdp>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da Primavera Árabe. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, 2013.

VASCONCELOS, A. **Listening to Unfamiliar Voices: The Arab Democratic Wave**. Paris: European Union Institute for Security Studies, 2012.

WATSON, I. Historic elections in Tunisia lauded. **CNN**, Túnis, 25 out. 2011. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/10/24/world/africa/tunisia-elections>>. Acesso em: 11 out. 2014.

WEJNERT, B.. Diffusion, Development, and Democracy, 1800-1999. **American Sociological Review**, New York, v. 70, n. 1, p.53-81, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.wejnert.com/files/outsrwejnert.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

WHITEHEAD, L. Freezing the Flow: Theorizing about Democratization in a World in Flux. **Taiwan Journal of Democracy**, [S.l.] v. 1, n. 1, p. 1-20, jul. 2005.

WORLD BANK. **External debt stocks, total (DOD, current US\$)**. Washington, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/DT.DOD.DECT.CD>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

YILMAZ, H. External-Internal linkages in democratization: developing an open model of democratic change. **Democratization**, London, v. 9, n. 2, p. 67-84, jan. 2002. Disponível em: <http://hakanyilmaz.info/yahoo_site_admin/assets/docs/HakanYilmaz-2002-External-InternalLinkages-Democratization.28453240.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2014.